

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS/ESPAHOL

CONFLITO LINGUÍSTICO: EM DEFESA DA MINHA IDENTIDADE A'UWÊ

Aluno: Célio Tserenhitomowa'a

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Castelano Rodrigues

SÃO CARLOS - SP

2021

CÉLIO TSERENHITOMOWA'A

CONFLITO LINGUÍSTICO: EM DEFESA DA MINHA IDENTIDADE A'UWË

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a conclusão da graduação em Licenciatura em Letras - Português/Espanhol.

SÃO CARLOS - SP

2021

Os brancos são engenhosos, tem muitas máquinas e mercadorias, mas não tem nenhuma sabedoria. Não pensam mais no que eram seus ancestrais quando foram criados. Nos primeiros tempos, eles eram como nós, mas esqueceram todas as suas antigas palavras. Mais tarde, atravessaram as águas e vieram em nossa direção. Depois, repetem que descobriram esta terra. Só compreendi isso quando comecei a compreender sua língua. Mas nós, os habitantes da floresta, habitamos aqui há longuíssimo tempo, desde que Omama nos criou. No começo das coisas, aqui só havia habitantes da floresta, seres humanos. Os brancos clamam hoje: “ Nós descobrimos a terra do Brasil”. Isso não passa de uma mentira. Ela existe desde sempre e Omama nos criou com ela. Nossos ancestrais a conheciam desde sempre. Ela não foi descoberta pelos brancos! Muitos outros povos, como os Makuxi, os Wapixana, os Waiwai, os Waimiri-Atroari, os Xavante, os Kayapó e os Guarani ali viviam também. Mas, apesar disso, os brancos continuam a mentir para si mesmos pensando que descobriram esta terra! Como se ela estivesse vazia! Como se os seres humanos não a habitassem desde os primeiros tempos!

Davi Kopenawa, 1999

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo, aos meus pais, que me ensinaram a lutar por uma causa maior, para recontar a nossa história e, para isso, aprender a segunda língua, a portuguesa.

Depois, agradeço a todos os professores que contribuíram muito com a minha aprendizagem, destacando a professora Fernanda Castelano Rodrigues, que sempre me ajudou a buscar alcançar os meus objetivos, não sendo apenas no ministrar de aula e aplicar a tarefa para ser resolvida, mas no seu temperamento, o seu caráter cativante que me encorajou a seguir em frente apesar de toda a dificuldade, proporcionando o ensino mais significativo que particularmente levarei para toda a minha vida e aplicarei.

Aos amigos que compartilharam seus conhecimentos comigo, num simples sorriso eu já me sentia bem por poder estar no meio deles. Lógico, não poderia esquecer daqueles que me inspiraram: os indígenas de forma geral que, mesmo sabendo que estamos longe da nossa família, focavam no objetivo, seguiam com toda a força, me animavam a seguir adiante também, apenas ajudavam a parar para descansar e depois me levantar para continuar de onde parei.

Ao meu querido Edmar Neves, que não sabia que estava eu ali observando e refletindo sobre a sua apresentação em sua defesa de TCC, falando das questões indígenas e isso me fez questionar a mim mesmo e seguir com essa pesquisa; senti-me feliz quando vi que os não indígenas também se rendem a essas questões relacionadas a nossa realidade comum.

Agradeço ao querido Luciano Ariabo Kezo, meu veterano, que me ajudou bastante pelo fato de ser indígena e me inspirou a continuar. Quando eu me sentia desanimado, pensava nos indígenas que conseguiram concluir o ensino superior e eu pensava que não poderia ser diferente comigo, tinha que continuar lutando.

Agradeço ao querido Lauro, que me ajudou com o tratamento textual desta monografia, dando significado maior para esse texto.

E agradeço aos meus irmãos que sempre me apoiaram dizendo que eu conseguiria, que ia dar tudo certo, que eu sou um exemplo para eles, que eles se espelham em mim, sendo eu o primeiro da família a cursar o ensino superior. E aos demais com quem eu não tive contato, mas

que só de ouvir falar de mim, me cumprimentavam educadamente. Por fim, agradeço aos alunos indígenas que me proporcionaram esse sentimento do que é ser professor, buscando sempre o melhor pelas nossas causas e levando o conhecimento adquirido para a nossa comunidade.

SUMÁRIO

RESUMO	8
INTRODUÇÃO	9
1 CONFLITOS LINGÜÍSTICOS ENTRE A'UWË MREME E A LINGUA PORTUGUESA: A VIDA NA ALDEIA E NA CIDADE.....	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ENTREVISTAS FEITAS POR UM PESQUISADOR NATIVO.....	15
3 TERRITÓRIO DOS A'UWË	19
4 A VIDA ESPIRITUAL DOS A'UWË.....	25
5 A LÍNGUA XAVANTE (A'UWË MREME): DA ORALIDADE À ESCRITA	29
6 A LÍNGUA DO POVO A'UWË	31
7 VARIEDADES DA LÍNGUA A'UWË MREME DENTRO DAS COMUNIDADES	32
8 A(S) LÍNGUA(S) FALADA(S) NAS ESCOLAS INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA PARABUBURE	35
9 EM DEFESA DA NOSSA CULTURA A'UWË	38
10 POR QUE E PARA QUE APRENDER OUTRAS LÍNGUAS?	40
11 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS PARTICIPANTES A'UWË	42
12 A RELAÇÃO DOS JOVENS A'UWË COM A LINGUA PORTUGUESA	53
13 O QUE OS JOVENS A'UWË PENSAM SOBRE AS LINGUAS?	55
14 A IMPORTÂNCIA DE SE MANTER A TRADIÇÃO VIVA: A CORRIDA DE BURITI (OU CORRIDA DE TORA)	56
15 RETORNANDO AO PASSADO	66

16 RELATOS SOBRE O PRIMEIRO CONTATO COM OS MISSIONÁRIOS DENTRO DA TERRA INDÍGENA PARABUBURE: O CONTATO COM OS A'UWË.....	68
17 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
VOCABULÁRIO A'UWË - A'UWË MREME WA'ÕNÕ	74
REFERÊNCIAS	75

RESUMO

O presente trabalho tem como foco analisar as relações entre a língua A'uwẽ e a língua portuguesa em território brasileiro, ou melhor, o conflito linguístico que há muito tempo permeia a vivência de indígenas na cidade e também na aldeia. Há vários anos, essas disputas tem sido contadas somente a partir da visão eurocêntrica (não indígena), que perdura até aos dias de hoje e que não retrata o povo em sua essência - pela visão endógena/indígena. Partindo do pressuposto de que é necessário que o próprio nativo construa e narre a sua história, coletamos, por um lado, as narrativas particulares de vários entrevistados pertencente ao grupo denominado A'uwẽ, para termos relatos concretos da perspectiva endógena e, com esses materiais já transcritos, relacionamos com as histórias construídas e contadas, especialmente por europeus, sobre os indígenas e suas particularidades. Nesse sentido, este projeto tem como procedimentos metodológicos: 1) visita às aldeias indígenas A'uwẽ para observação e coleta de dados a respeito do emprego da língua A'uwẽ em relação à língua portuguesa e das imagens sobre elas nessas localidades dos nativos indígenas; 2) entrevistas realizadas com sujeitos indígenas residentes nas aldeias e nas áreas urbanas, para detectarmos os diferentes pontos de vista observados pelos mais velhos e pelos jovens de hoje. Pretendemos, com esse trabalho, dar visibilidade às dificuldades de transmissão da língua falada entre os A'uwẽ para as novas gerações e refletir sobre o que pode ser feito para que a língua não tenha o mesmo fim que tiveram as línguas empregadas por outros povos que deixaram de falar a sua língua materna. Nossa pesquisa tem a particularidade de ser realizada por um pesquisador nativo, ou seja, um sujeito indígena pertencente a esse grupo citado, o que nos permitirá pensar a História construída ao longo do tempo do desenvolvimento do Brasil enquanto Nação de um modo diferente daquele (exógeno) com que tem sido contada.

Palavras-chaves: Xavante; A'uwẽ Mreme; Conflito linguístico.

RESUMEN

El presente trabajo se centra en analizar la relación entre la lengua A'uwẽ y la lengua portuguesa en el territorio brasileño, o más bien, el conflicto lingüístico que ha permeado durante mucho tiempo la vida de los pueblos indígenas en la ciudad y también en la aldea. Durante varios años, estas disputas se han contado solo desde la visión eurocéntrica (no indígena), que sigue vigente hasta el día de hoy y que no retrata al pueblo en su esencia, desde la visión endógena / indígena. Asumiendo que es necesario que el indígena construya y narre su propia historia, recolectamos, por un lado, las narrativas privadas de varios entrevistados pertenecientes al grupo denominado A'uwẽ, con el fin de tener relatos concretos desde la perspectiva endógena y, con estos materiales ya transcritos, nos relacionamos con las historias construidas y contadas, especialmente por europeos, sobre los pueblos indígenas y sus particularidades. En este sentido, este trabajo cuenta con los siguientes procedimientos metodológicos: 1) visita las aldeas indígenas A'uwẽ para observación y recolección de datos sobre el uso de la lengua A'uwẽ y sus relaciones con la lengua portuguesa, así como las imágenes de los indígenas nativos sobre ambas lenguas; 2) entrevistas realizadas a sujetos indígenas residentes en aldeas y áreas urbanas, con el fin de detectar los diferentes puntos de vista observados por los mayores y los jóvenes de hoy. Con este trabajo pretendemos dar visibilidad a las dificultades de transmisión de la lengua hablada por los A'uwẽ a las nuevas generaciones y reflexionar sobre lo que se puede hacer para que esa lengua no tenga la misma finalidad que las demás utilizadas por otros pueblos que dejaron de hablar su lengua materna. Nuestra investigación tiene la particularidad de ser realizada por un investigador nativo, es decir, un sujeto indígena perteneciente a este grupo mencionado, lo que nos permitirá pensar en la Historia construida a lo largo del tiempo del desarrollo de Brasil como Nación de una forma diferente de aquella (exógena) con la que se ha contado.

Palabras clave: Xavante; A'uwẽ Mreme; Conflicto lingüístico.

INTRODUÇÃO

O motivo principal da minha vontade de iniciar esse trabalho foi a necessidade de se fazer um registro do povo A'uwẽ em sua real especificidade, uma espécie de luta contra as narrativas contadas durante anos que retratam essa comunidade por uma perspectiva exógena, ou seja, de fora. Nos dias de hoje, as descrições feitas por não indígenas ainda não soam adequadas à realidade vivida por esses grupos, mesmo que as percepções sobre essas histórias contadas tenham mudado, com o tempo mudamos nós também a nossa sensibilidade ao ver essas histórias sendo contadas por outra ótica. É necessária uma perspectiva dos A'uwẽ.

Particularmente, eu sempre tive a curiosidade de saber sobre a imagem indígena, como ainda somos retratados pelos não indígenas, já que, em pleno século XXI, ainda se fala sobre os povos originários apenas por meio de livros, sem, de fato, adentrar às comunidades, que apresentam uma realidade muito diferente daquela dos livros escolares. Dessa forma, realizo esse trabalho para descolonizar e apresentar a minha voz de pesquisador nativo – mesmo que as nossas vozes ainda soem baixas, sobrepostas pela voz dos não indígenas. Por outro lado, indígenas escritores de suas próprias histórias têm me incentivado a tomar esse rumo, de falar de mim enquanto indígena, contando as realidades diversas sobre nós, sobre as nossas línguas e nossas dificuldades sem romantizações, apresentando dados coletados e observados com a colaboração dos indivíduos que ali vivem, que lutam pelos mesmos ideais, como, por exemplo, manter a imagem indígena sempre atual e atuante, revitalizando sempre o ser indígena.

Essas inspirações ganharam força quando presenciei uma defesa de TCC de um estudante não indígena, que me fez, num piscar de olhos, revisitar o que eu tinha aprendido nas aulas ministradas sobre a história (ou desenvolvimento) do Brasil com a chegada dos europeus ou de outros povos. Esse momento me fez querer apresentar logo o meu ponto de vista sobre essas histórias de fora. Isso, contudo, não significa que estou criticando aquela apresentação específica, apenas uso de exemplo porque foi com ela que percebi a necessidade de autodesignação, de contar a história do meu povo, levando em consideração todas as dificuldades enfrentadas dentro e fora da universidade, as assistências prestadas ou não por essa instituição, questões relacionadas ao direito ao ensino, que molda o sujeito crítico e atuante, conhecedor de sua realidade.

A presença indígena dos que ingressaram na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – recentemente tem me instigado a relatar o que é ser parte de um povo originário do Brasil, um grupo invisibilizado há muito tempo e que só recentemente rompeu com o silêncio do opressor. Por isso, agradeço aos professores conhecedores das mais diversas realidades de estudantes de outros lugares, que vivem outras experiências, por tantos diálogos, pois todos têm contribuído muito para a elaboração desse registro.

Não posso deixar de citar os próprios estudantes indígenas que relataram todo tipo de conflito em relação à perda de sua própria língua materna por conta da cultura opressora que os forçava a adotarem ideais do homem branco – o que me fazia questionar essas relações. São tantas dúvidas que me impulsionaram a seguir esse rumo: de fazer um registro que não está de acordo com o que está nos materiais didáticos, que afirma que os indígenas são preguiçosos, que vivem nus e numa oca *etc.* Esses discursos podem, sim, retratar algumas realidades, mas é importante destacar que não se trata de uma verdade única, visto que as coisas e as pessoas mudam, logo, nós também mudamos e, agora, cada vez mais nos posicionamos contra qualquer tipo de violência que seja praticada contra nós.

São essas observações e incômodos que me impulsionaram a me posicionar desse jeito: sou indígena e faço um registro baseado nas vivências indígenas, não em livros escritos por brancos. Muitas vezes pontuei observações dos jovens para que mantivessem nossa língua e nossa cultura vivas, além do ser indígena, porque por mais que estejamos caminhando sempre adiante, devemos saber quem somos e o que faremos para ainda sermos quem somos. É importante priorizarmos a educação no nosso meio e aproveitar essa brecha para usarmos a escrita ao nosso favor, para contarmos as nossas histórias não contadas e dar sentido à nossa existência por meio da escrita, afinal, somos sujeitos detentores de saberes ancestrais e atuais. Somos indígenas, temos consciência de quem somos e da importância de manter a nossa língua viva, pois somos todos A'uwê.

Finalizo esse trabalho com a colaboração de professores incríveis que me acompanharam e sempre me incentivaram a continuar em busca da transformação social apesar de todas as dificuldades enfrentadas, pois, com o apoio de todos, há sempre uma vitória a se alcançar.

1. CONFLITOS LINGUÍSTICOS ENTRE A A'UWÊ MREME E A LÍNGUA PORTUGUESA: A VIDA INDÍGENA NA ALDEIA E NA CIDADE

Inicialmente, é necessário fazer um mapeamento dos acontecimentos históricos do povo xavante desde o primeiro contato com não indígenas, realizado pelos missionários, fato esse que inicia a entrada no mundo branco. Desta forma, como já foi pontuado, é imprescindível que se tenha em mente que esse contato nunca foi pacífico, pois, em se tratando de processo de colonização, nunca o é. Ao longo desse trabalho, como provas dessa afirmação, apresentaremos trechos das entrevistas realizadas com alguns indígenas, a fim de apresentar indícios de como ocorreu e ocorre o contato do povo xavante com o homem branco. Nitidamente, são duas culturas diferentes e em constante estado de conflito, em que percebemos, por exemplo, que a escrita sempre se sobrepôs à oralidade, criando assim uma hierarquia entre as culturas que praticam a escrita e as ágrafas.

Em substituição à escrita, como um mecanismo de perpetuação da nossa cultura, temos a memória dos anciões que vivenciaram esses acontecimentos e que passam esses conhecimentos para as gerações mais jovens por meio da oralidade. É claro que aquilo que não faz parte das suas memórias, acaba sendo eliminado dessas histórias, por isso a memória tem grande importância quando recorremos ao passado para fazer dele parte do nosso presente. Desde o primeiro momento desse contato com os europeus, esse momento vem sendo contado exclusivamente de uma perspectiva eurocêntrica, e não por relatos dos próprios indígenas, que são as pessoas que efetivamente viveram e vivem inúmeras agressões advindas da colonização.

Essa relação de indígenas com não indígenas se manifesta também, nos trechos de entrevistas trazidos aqui, quando os jovens xavantes relatam diferentes pontos de vista a respeito da aquisição/aprendizagem da língua portuguesa - tanto dos que estão na aldeia quanto dos que estão na cidade. Esses posicionamentos diferem muito daqueles do passado, dos mais velhos, que sempre defendiam o monolinguismo, pois atualmente nós adotamos as duas línguas como formas de comunicação, como uma saída possível à luta diária para ingressarmos nas escolas e nos ambientes urbanos, onde a língua é outra, e não a sua. Essas barreiras dificultam nossas relações com não indígenas e isso fica muito visível, por exemplo, no início do período letivo, quando os

que já se habituaram à vida urbana e à língua portuguesa enfrentam esse momento com menores dificuldades.

Para iniciarmos uma apresentação do povo mencionado por uma perspectiva mais ampla, é necessária uma breve descrição da vivência nas aldeias, a língua falada por esse grupo e a educação dentro da comunidade indígena A'uwẽ. Por sua vez, cada aldeia tem a sua forma de ser governada por um cacique que sempre está na linha de frente quanto à resolução de questões relativas à sua comunidade ou mesmo para diálogo com outros líderes que tenham a mesma posição. Em relação às questões linguísticas, por pertencermos ao mesmo grupo, denominado “Xavante”, não há nenhum desencontro. É válido ressaltar, porém, para especificar de forma breve, que esse nome não tem nada a ver com a forma com que esse povo se denomina, uma vez que desde sempre se denominaram “A'uwẽ Uptabi”, nome que faz referência a um povo autêntico. Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se que é a mesma língua utilizada por todo o povo, ainda que tenha, naturalmente, variações regionais.

O território desse povo se localiza no leste de Mato Grosso – detalhes mais aprofundados sobre a localização serão discutidos adiante. Aqui, é válido ressaltar que, logo que perceberam que não conseguiriam conviver com o “homem branco”, os A'uwẽ preferiram abandonar seu local de moradia, iniciando uma caminhada para encontrarem uma terra “desocupada”. Então, com o apoio de alguns órgãos que buscam tornar visível a imagem indígena e reconhecer direitos de demarcação de terras para esses grupos minoritários, em meio a tantos conflitos, eles se instalaram e fundaram suas aldeias – ainda que em espaços que até hoje implicam em disputas por terra. Independente do espaço, estão, desde sempre, praticando rituais, danças, utilizando sua língua *etc.*, porque essas são características da sua identidade, que sempre os acompanhou.

Ainda hoje, a manutenção e perpetuação dessa identidade é muito forte, especialmente com a prática desses rituais e a mobilização da língua a todo momento, por exemplo, no dia a dia das crianças e também dentro da sala de aula, já que os professores são incentivados a ministrarem as aulas na língua materna indígena e na língua portuguesa, vista como uma educação diferenciada para indígenas residentes das aldeias. Quanto aos costumes, que sempre representaram cada povo, os A'uwẽ perpetuam a pintura, a dança e a luta. Por outro lado, há indígenas que se mudaram para a cidade em busca de condições de vida melhor e/ou que se casaram com não indígenas e que acabaram substituindo a língua materna pela língua portuguesa

- ou ainda outros que dominam as duas línguas. Ainda assim, nesses casos, a língua materna aos poucos será substituída por outra, uma vez que a língua que a mãe emprega no dia a dia será a que o filho também irá falar, por isso se chama “língua materna”. Pensando nisso e nas possibilidades que a língua portuguesa traz é que muitos preferiram e preferem migrar para a cidade e, em contrapartida, há também aqueles que lutam em manter a vida indígena viva como forma de dar continuidade ao que se herdou, a nossa identidade.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ENTREVISTAS FEITAS POR UM PESQUISADOR NATIVO

A metodologia adotada para o presente trabalho se deu a partir de entrevistas, realizadas com indígenas A'uwẽ aldeados e não aldeados, anciões e jovens, que se disponibilizaram voluntariamente a participar. Os recortes feitos justificam a finalidade de mapear pontos de vistas diferentes, traçando a visão dos que viveram o passado e os mais jovens, dos que vivem a aldeia e dos que vivem a cidade.

Com a finalidade de obter informações sobre a noção de “pesquisador nativo”, cito Gandulfo (2018), quando discorre sobre a transmissão do guarani numa província argentina:

Para tomar decisiones respecto a la metodología recuperamos instancias exploratorias de trabajo de campo que nos posibilitaron probar algunas de las estrategias que luego mostraron ser pertinentes y factibles en el desarrollo del estudio. Estas instancias exploratorias consistieron en dos encuentros familiares en Santa Rosa y Mburucuya en noviembre del 2011 y en julio del 2013 respectivamente. Ambos casos suponían la transmisión del guaraní en las cuatro generaciones familiares y a su vez se observaban rasgos del discurso de la prohibición del guaraní operando en la transmisión intergeneracional. De esas experiencias aprendimos que la figura de un investigador “nativo” o de un familiar que colabore activamente con el estudio es fundamental para poder no sólo gestionar la reunión familiar sino también para -desde la posición de pariente- producir situaciones de observación respecto de la propuesta de una entrevista sobre la transmisión del guaraní en la familia. (GANDULFO, 2018, p. 125)¹

Trata-se de um conhecedor da vida indígena, praticante dessa tradição, questionando a respeito das línguas que falamos no nosso dia a dia e traçando observações sobre o meu povo A'uwẽ ao longo da realização de pesquisa.

En segundo lugar, el modo en que la tarea de observar y registrar “situaciones cotidianas” les permitió “mirar y escuchar” de otro modo las lenguas en uso durante los eventos comunicativos familiares o entre amigos. Eso que parecía una “mezcla de cosas” dada naturalmente en nuestra forma de hablar, paso a ser el uso de dos lenguas o de variedades lingüísticas que pueden llamarse guaraní, castellano, o “uso más una lengua que otra”. Además del uso del guaraní y el castellano, los estudiantes presentaron a

¹ GANDULFO, Carolina. **"La prohibición interpelada"**: Transmisión intergeneracional del guaraní en un grupo familiar con cuatro generaciones en Corrientes, Argentina. Revista Estudios Paraguayos (CEADUC-UC), [S.l.], p. 121-142, maio 2018. ISSN 2520-9914. Disponível em: <https://epy.dreamhosters.com/index.php/RESPY/article/view/84>. Acesso em: 31 ago. 2021.

algunos familiares que además de hablar guaraní o castellano, también saben algo de portugués, francés o inglés. Este aspecto nos lleva a reflexionar sobre “cómo nos hacemos investigadores nativos” a partir de la tarea de observar, registrar y pensar sobre lo que observado, escuchado y escrito. (ALEGRE, 2018, p. 13)²

Conhecendo as situações cotidianas dos entrevistados, ou melhor, enquanto investigador nativo, pude realizar as entrevistas com o consenso daqueles que aceitaram esse convite, nitidamente, mas primeiramente com o do cacique da comunidade, que, com sua fala, reaviva e atualiza seus ensinamentos, conta o que ele depreendeu deles, daqueles que os antecederam e como passa esses conhecimentos para os que atualizarão seus ensinamentos.

As entrevistas, por sua vez, aconteceram nas férias universitárias de fim de ano de dois mil e dezenove e início do ano seguinte, tanto na aldeia como na cidade, respeitando todos os requisitos da comunidade, como a posição de cada um, em companhia com os pares das aldeias adjacentes que se dispuseram a atender esse convite para fins diversos, como dar visibilidade a esse povo geograficamente localizado no estado de Mato Grosso. Tendo todos esses materiais disponíveis, foi feita a transcrição dessas gravações, uma espécie de tradução da língua A'uwẽ para o português.

Na aldeia, as entrevistas foram feitas na língua nativa A'uwẽ Mreme, porque essa língua é a mobilizada no dia a dia desse povo. Ainda assim, inicialmente, muitos pareciam um pouco tímidos, o que não os impediu, no entanto, de participar e rememorar conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, como, por exemplo, a percepção sobre o que é ser indígena dentro da aldeia, o que é valorizar o ser indígena e a língua nativa, a diferença de morar na aldeia e na cidade, dentre outros aspectos. Por outro lado, uma das entrevistas foi realizada em língua portuguesa. Como foi dito anteriormente, era imprescindível respeitar todas as demandas daqueles que foram entrevistados, como, por exemplo, a língua em que eles se sentiriam mais confortáveis para responder à entrevista. Essa entrevista em específico apresenta o que muitos anciões já vinham advertindo sobre o abandono da língua materna, ainda assim, isso não impediu o entrevistado de

² ALEGRE, Tamara. **Estudiantes de una EFA realizan registros de observación de eventos comunicativos bilingües guaraní-castellano em sus familias.** 2018. Disponível em: encuentrosetnograficos.weebly.com/uploads/7/4/6/5/7465057/33-tamara_alegre.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.

se identificar como A'uwê³. A língua mobilizada por ele no dia a dia é o português, pois cresceu na cidade e, embora a sua mãe tenha aprendido a se comunicar fluentemente na língua A'uwê, ela não passou para esse filho e apenas o filho mais velho dessa família se comunica nas duas línguas.

Servindo também para aproximar todos os povos indígenas aos não indígenas, a língua portuguesa se apresenta como a melhor ferramenta para expandir o alcance das pesquisas científicas a respeito dos povos originários desse país, que há muitos anos têm sido considerados como o “terror do Brasil” pelo fato de não se submeterem ao homem branco, porque preferirem viver suas vidas sem interferências de outras culturas, outras línguas *etc.* – uma percepção dos anciões que se percebeu nas falas dos entrevistados.

Antes mesmo da apresentação dos questionários elaborados, foi preciso ter um diálogo rotineiro para ambientar os entrevistados e, assim, fazer com que percam um pouco da timidez e possam entrar na conversa sem qualquer tipo de receio. Ainda assim, talvez pela natureza da conversa posterior, isto é, uma pesquisa de caráter universitário, foi possível notar um certo receio que eles apresentaram ao tomar cuidado para expressarem seus pontos de vista enquanto A'uwê, provavelmente para não comentarem algo que julgassem inapropriado para o momento.

Foi nesse momento também de encorajamento dos demais que aproveitei para demarcar o meu território (também linguístico), ou seja, aquele era a oportunidade de apresentar o meu ser indígena. Como resultado, muitos acabaram adentrando na conversa, depois de alguns minutos, descontraidamente, já esquecendo a tensão e falando sobre seus ancestrais e/ou avós, sobre a importância de mobilizar a língua materna, a nossa existência por meio da pintura, enfim, reavivamos a vida ancestral e as práticas culturais em geral.

O primeiro espaço de realização das entrevistas foi em uma comunidade da Aldeia Estrela, onde optamos por conversar inicialmente com o cacique da aldeia - também para respeitar seu papel importante dentro da comunidade. Depois entrevistamos os mais velhos, seguidos dos jovens das aldeias e encerramos com os jovens da cidade. Essa ordem se justifica também pelo fato de termos percebido muitos preconceitos com as línguas nativas por parte dos indígenas e também dos não indígenas com dizeres do tipo “as línguas indígenas não servem para

³ Esse entrevistado tem pai A'uwê e mãe Terena, pertencente de outro povo.

nada”. Por esse motivo, escolhemos entrevistar jovens de aldeias e jovens residentes em cidades, porque há posicionamentos diferentes entre eles.

A língua portuguesa é considerada a língua do mercado, pois, quando se está em áreas urbanas, a língua mobilizada para comunicação é a língua portuguesa e, por isso, está presente nos materiais escolares, nas placas das ruas, nos informes da área da saúde e até mesmo nas comunidades indígenas. Por outro lado, as línguas indígenas só servem para comunicação entre sujeitos indígenas. Nesse sentido, aqueles que se mudam para a cidade para estudar – e constado eu também por experiência própria - têm observado críticas em relação à nossa língua indígena, o que se reflete nos falantes nativos se demonstrando receosos, como se não soubessem falar, porque enraizaram a ideia de que a nossa língua materna não é vista com o mesmo valor de que se investe o português.

Há ainda muitos outros que são incentivados pelos pais a se comunicarem em português e a conviver com não indígenas para que aprendam essa outra língua. Desta forma, a procura, por parte de indígenas, pela aprendizagem da língua portuguesa tem sido muito forte, justamente para melhorar o alcance de sonhos que são impossíveis quando se domina apenas uma língua, em especial uma língua indígena – nesse caso, a língua A’uwẽ. Não é incomum ouvir que quem fala apenas a língua A’uwẽ é inferiorizado, pois é como se o falar/aprender português fosse sinônimo de inteligência, ignorando o fato de que é uma questão de sobrevivência para quem ousa se aventurar num lugar desconhecido onde se fala só o português. Ao decorrer do tempo, aprendemos a falar as duas línguas, A’uwẽ e português (falado pelos jovens e pelos mais velhos).

3. TERRITÓRIOS DOS A'UWĒ

O povo A'uwĒ Uptabi, como se denominam, ou xavante, como é conhecido pelos não indígenas, está entre os povos indígenas que estão espalhados pelo território brasileiro - ou mais especificamente, situado na região leste do estado de Mato Grosso, onde atualmente, as aldeias estão fixadas desde a sua chegada, depois de longos caminhos percorridos durante todo o período de nomadismo, que é consequência da colonização e da demarcação de terras por parte do colonizador.

Em se tratando de colonização, já é sabido que esse processo nunca é feito pacificamente. Isso significa que, durante aquele longo período de caminhada, os indígenas vieram à procura de terras favoráveis para sua sobrevivência, em que pudessem se instalar e usufruir de uma terra que os mantivessem vivos e afastados dos problemas urbanos e coloniais. Depois de longos conflitos com o povo branco (ou com o homem branco, como dizem os A'uwĒ), foi quando ocorreu o primeiro encontro pacífico. Então, com o apoio de órgãos que se dispuseram a ajudá-los a se manter longe do conflito causado pelos bandeirantes e pelos brancos em geral, aqueles indígenas obtiveram um local fixo para moradia. Devemos ressaltar que os A'uwĒ estavam lutando por um território que lhes foi tirado à força e que era nitidamente habitável, resultando no estado de abandono após a chegada dos colonizadores europeus e a não comunicação por conta da barreira linguística.

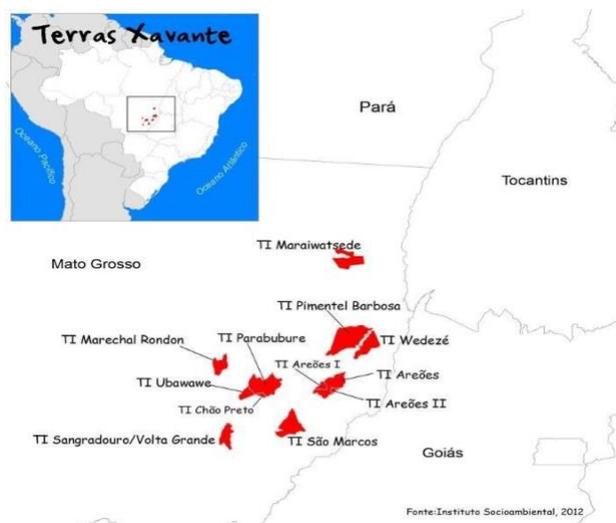
Como forma de preservar a existência de indígenas do/no Brasil, alguns órgãos de proteção de indígenas, como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), por exemplo, inicialmente dispuseram-se a defender ou a pacificar os “selvagens”, pois agiam por “instinto”, como é descrito quando aportaram os portugueses pela primeira vez no Brasil. Eram descritos como seres “exóticos”, que não cobriam as genitálias e que não sentiam vergonha disso, o que demonstrava o viver animal: essa era a visão dos recém-chegados europeus sobre os povos recém-descobertos dessas nossas terras.

Essa interpretação estrangeira dos portugueses e espanhóis que chegaram à procura de riqueza, de um “*El Dorado*”, crenças de que haveria ouro, chamavam essas terras de “o paraíso perdido”. Para os colonizadores, os povos aqui viventes eram “diferentes”, mas, por outro lado, invertendo a ótica, para os indígenas, tudo aquilo diferente também, pois tratava-se da forma de

viver sem a presença/interferência da cultura de outro povo. Ainda assim, não demonstravam pavor, timidez ou qualquer tipo de julgamento negativo ao terem se deparado com o outro, afinal, era apenas a sua forma indígena de viver. Assim, ao longo desse percurso histórico violento da convivência com esse “outro”, os indígenas se rebelaram, não aceitando a submissão e julgamento dos europeus, iniciando, assim, um conflito entre dois (ou vários) povos, que resultou em uma evasão do local de contato em que homens brancos e indígenas dividiam o mesmo espaço.

Iniciada essa rebelião, ou melhor, o processo de reconhecimento, por parte dos indígenas, de seus direitos advindos simplesmente de sua existência, povos nativos, com o intuito de preservar a sua linhagem, linguagem e cultura, dispersaram-se daquela zona em que haviam feito contato com os colonizadores, em busca de um lugar onde pudessem usufruir de terras e(m) paz com seus pares. Esses acontecimentos violentos ainda estão presentes na mente e nos relatos orais do dia a dia indígena. É preciso ressaltar ainda que povo sem um sistema de escrita não significa que é um povo sem memória, porque recorrem a outros sistemas, como a pintura, a língua em sua forma oral, aos ritos *etc.* Depois de longos períodos de busca por terras favoráveis à sobrevivência, os indígenas encontraram espaço onde puderam fixar suas aldeias – abaixo, pode-se ver os nomes das aldeias já consideradas fixas e a localização de cada uma:

Imagem 1 - Terras Xavante



Fonte: [Wikinativa/Xavante - Wikiversidade \(wikiversity.org\)](http://Wikinativa/Xavante - Wikiversidade (wikiversity.org))

Percebe-se que, depois de terem se instalado em um local afastado da civilização do homem branco, várias aldeias se alocaram em diferentes regiões do estado do Mato Grosso, ainda que próximas umas às outras. O povo A'uwẽ Uptabi está localizado principalmente no leste desse estado - desconsiderando outros povos que apresentam os mesmos traços linguísticos – e não há outro povo A'uwẽ ou Xavante fora do estado de Mato Grosso, o que é um dos resultados da violência travada entre os povos e do afastamento dessa civilização com o objetivo de manutenção do “ser indígena A'uwẽ” sem contato com o homem branco. Nessa imagem acima, produzida pelo Instituto Socioambiental em 2012, estão mapeadas doze aldeias, consideradas apenas aquelas que mais recebem notoriedade em relação à seu tempo de existência ou quantidade populacional.

Como outros povos indígenas, os Xavantes sofreram um acentuado decréscimo populacional nas diferentes fases do contato com os "civilizados". A partir da década de 70, com o início da demarcação de suas terras, o crescimento demográfico passou a ser constante com uma taxa média de quase 5% ao ano. Nos meados do século XIX, teriam sido contados entre 3 e 5 mil nativos desse conjunto etnolinguístico, então aldeados no Aldeamento de Pedro III, na antiga Província de Goiás (atualmente T.I. Carretão/GO). O Frei Rafael de Taggia assinala que em 1852 residiriam no aldeamento de Teresa Cristina, hoje município de Tocantinia (TO), à beira do Rio Tocantins, cerca de 4.000 índios “xavantes” e “xerentes”. Dificilmente essas estimativas podem ser incorporadas fielmente pois a sobreposição identitária e, portanto, territorial, entre os sub-grupos considerados Acuen impede que se tenha de fato um número populacional preciso sobre cada um deles. Só a partir do (re)contato dos grupos locais xavantes na década de 1940 e 1950, então já no leste mato-grossense, com agentes (tais como as missões católicas salesianas, o Serviço de Proteção aos Índios e o etnólogo Maybury-Lewis), é que podemos vislumbrar dados mais precisos sobre a dinâmica demográfica xavante, como demonstra a Tabela 1:

Tabela 1 – População total xavante entre 1958 e 2007

Ano	População total	Fonte
1958	1.100	SPI - Missão salesiana: in Maybury-Lewis [1984]
1963	1.465	SPI - Missão salesiana: in Maybury-Lewis [1984]
1969	2.160	Giaccaria e Heide [1972]
1977	3.340	Funai: in Lopes da Silva [1986]
1980	3.405	Funai: in Lopes da Silva [1986]
1983	4.412	Funai
1984	4.834	Funai: in Graham [1995]
1988	6.091	Funai: in Carrara [1998]
1996	7.985	Funai
1998	10.221	Equipe de Saúde: Funai/PNUD/Prodeagro
2000	9.601	DSEI /Funasa – Barra do Garças
2004	11.231	DSEI /Funasa – Barra do Garças
2007	13.303	DSEI/Funasa– Barra do Garças

Fonte: Povos Indígenas no Brasil – Instituto Socioambiental

Atualmente, são cerca de 165 aldeias xavantes espalhadas de maneira bastante desigual por cada uma das nove terras xavante: Parabubure, por exemplo, tinha, no ano de 2003, cerca de 60 aldeias e uma população de 4.502 pessoas, enquanto Pimentel Barbosa tinha 6 aldeias e 1.570 pessoas.

Tabela 2 - Relação do número de 8 terras indígenas⁴ e seus habitantes entre 1977 e 2003

Terras Indígenas	1977 [Funai]	1980 [Funai]	1984 [Funai]	1988 [Funai]	1996 [Prode agro]	1998 [Prode agro]	2000 [DSEI]	2003 [DSEI]
Areões	303	347	511	594	759	855	913	1028
Marechal Rondon	111	120	215	237	376	447	433	500
Parabubure⁵	1.066	1.179	2.104	2.697	3.162	4.320	3.883	4.502
Pimentel Barbosa	266	269	526	673	1.068	1.139	1.361	1.570
Sangradouro	548	497	446	524	807	1.156	933	1.188
São Marcos	1.010	993	1.032	1.366	1.813	2.304	2.078	2.443
TOTAL	3.304	3.405	4.834	6.091	7.985	10.221	9.601	11.231

Fonte: Povos indígenas no Brasil – Instituto Socioambiental

As estimativas demográficas e populacionais indicam que a população xavante, assim como outras populações indígenas, sofreram diminuição drástica no número de habitantes por conta do processo europeu de colonização. Sendo assim, depois de anos de nomadismo, até se fixarem no leste do Mato Grosso, o número populacional desses povos indígenas cresceu consideravelmente, também por estarem sob proteção dos defensores desses povos originários, como o Serviço de Proteção ao Índio – SPI -, que tem se encarregado de assegurar a permanência/existência desses povos, como é possível depreender dos gráficos apresentados acima.

⁴ Aqui, desconsidera-se a população de Maraiwatsede, que enfrenta litígio no processo de regularização fundiária.

⁵ As populações de Chão Preto e Ubawawe estão inclusas no cálculo geral dessa TI.

As aldeias que apresentam maior número populacional são apresentadas no mapa e na tabela, tendo sido desconsideradas as que foram fundadas posteriormente por conflitos internos entre grupos. Assim, várias outras aldeias já foram fundadas com suas próprias lideranças com o intuito de progredir, mas sempre nutrindo uma forte ligação com a “aldeia-mãe”.

Por sua vez, as práticas culturais que nos foram deixadas para que continuássemos nutrindo o “ser indígena” seguem firmes e fortes, o que se reflete também no uso da língua feito pelos indígenas A’uwẽ. Língua essa que hoje já conta com sistema de escrita, o que antigamente era impensável, pois exclusivamente aos mais velhos era atribuído o papel de ditar regras e perpetuar ensinamentos, defendendo avidamente que não se adotasse qualquer outro meio que supostamente fosse prejudicar a cultura desse povo.

Embora os anciões tivessem esse pensamento naquela época, o tempo muda as coisas e hoje já é diferente, pois há o interesse dos indígenas em levar algo de fora para dentro da comunidade, como uma forma de compartilhar conhecimentos - tais como a escrita, a língua portuguesa, outras línguas e até mesmo as culturas estrangeiras. Por parte dos jovens, há um desejo pela vida do mundo globalizado e, dos velhos, que tenham conhecimento do mundo. Esse encontro de expectativas resulta no fato de que hoje a tecnologia acabou sendo adotada para fazer parte do dia a dia dos A’uwẽ.

4. A VIDA ESPIRITUAL DOS A'UWË

Os colonizadores e os missionários, com a missão de catequizar os A'uwë, impuseram suas crenças como se esse grupo não tivesse crença alguma, iniciando, assim, o processo de catequização entre os povos indígenas de toda a nação brasileira. Inicialmente, essa ideia não foi muito bem aceita pelo povo, porque tudo era diferente: a forma de viver, a alimentação, a língua e muitos outros fatores que os distinguem da gente. Isso tudo motiva um sangrento conflito para ambos os lados, como podemos perceber com o seguinte trecho, sendo ele um relato de um ancião da Aldeia Estrela:

TRECHO 1:

Eles vieram até nós, não sabíamos quem eram ou o que queriam, porque era primeira vez que vimos homem branco (depois soube-se que eram missionários), e não sabíamos o que vieram fazer aqui na nossa terra, só sabíamos que eles mataram muita gente. Quando ocorreu esse encontro há muitos anos. Lembro da história que o meu pai me contava que sempre nós devemos defender o que é nosso e lutar, até mesmo morrer se for necessário. E aqui, agora, quando vieram eles, fizemos o mesmo, nos defendemos. Mas eles não reagiram. Então pensamos que talvez eles busquem algo de valor porque não desistem. Da outra vez vieram. Avistamos de longe. Foi neste momento que surgiu várias perguntas: 'O que eles querem? O que estão fazendo aqui? Por que estão aqui?' e muitas outras. Então houve uma reunião. E decidimos recebê-los sem luta. Vieram e nos contaram sobre algo que nunca havíamos ouvido. Das coisas boas e das coisas que não queríamos ouvir. Foi assim que ocorreu esse contato com o homem branco.

Com o passar do tempo, esse contato entre povos provocou uma diminuição nos usos da língua materna desses indígenas, uma vez que começamos a ouvir novos sons e até mesmo frases desconhecidas. Isso é típico do processo de colonização: uma língua, a passos lentos, vai tomando os espaços da outra e afastando, assim, os falantes recém-descobertos de sua língua materna. No fim, apenas uma se sobressai, apresentando o seu prestígio como fator principal para se tornar "a língua do mercado". Não foi diferente com o povo A'uwë e a catequização dos europeus, que impuseram o português como a língua do mercado no Brasil. De início, a comunicação ocorria pela oralidade tanto do português quanto do A'uwë, mas, mesmo assim, a escrita aparece como um fator, uma vez que recebe muito prestígio. Dessa forma, após muitos anos de insistência, os A'uwë acabaram adotando a escrita como um recurso, mesmo que ainda sem saber a sua real utilidade e de forma nada pacífica. Essa foi uma possibilidade de mudança,

de registrar o vivido e a história, perpetuando-a, uma possibilidade de ler a bíblia – afinal, foi para isso que os missionários nos apresentaram a língua portuguesa– e de se inserir no mundo globalizado, o mundo da escrita.

A vida espiritual dos A'uwẽ baseava-se na observação e aceitação dos bens recebidos pela natureza, como a contribuição do clima para o crescimento do plantio ou para a caça. À natureza, por sua vez, é atribuído o papel de cuidar de toda a criatura existente, relação na qual percebe-se a presença dos que estão por trás dessa história, ou seja, dos ancestrais, que ainda cuidam de seus irmãos mesmo depois de mortos. Nos dias de hoje, passaram a se revelar algumas partes das espiritualidades ocultas, ainda que seja algo exclusivo apenas para os homens, excluindo a possibilidade de participação feminina até hoje.

Imagem 2 - Wai'a



Fonte: Xavante – O Povo do Sol Nascente Institucional - EBC

Imagem 3 – wai'arã



Fonte: Iniciado do wai'a xavante/Brasil/Lucio xavante - lucioxavante.wordpress.com

Wai'a: assim é conhecido o ritual em que os meninos são preparados para a vida espiritual, para mais tarde atuarem como curandeiros, sonhadores - no sentido de trazer coisas boas a esse corpo carnal, de propor renovações com a preparação rigorosa dos anciões, que já passaram por essa experiência e que agora dão continuidade, intermediando a passagem ritualística do iniciante. Absolutamente, não se trata de praticar violência física, apenas um preparo mental ou espiritual para que o sujeito esteja pronto quando essa jornada já estiver concluída. Um homem preparado para conhecer a outra realidade, não vista comumente no dia a dia; que quer ser aquilo que os “espíritos” do outro lado comunicam ou revelam a ele; que tem a mente aberta para ser receptivo para que as manifestações ocorram não será como os demais; que têm uma vida normal, mas que, por dentro, não tem uma ligação com aqueles caminhos esperados pelos espíritos. De fato, são poucos os que chegam à manifestação desses espíritos.

Por outro lado, a espiritualidade/crença do homem branco veio dar fim a muitas de nossas crenças. Com essa interferência na nossa vida cotidiana, questionamos todos os nossos costumes: as nossas vidas estavam erradas? Não estava de acordo com o que a sagrada escritura proclamava? Aqueles que um dia aceitaram o evangelho pregado, hoje se incomodam com aquilo que praticavam, pelo fato de não termos regras, como podemos observar no trecho 2:

TRECHO 2:

Antes do contato vivíamos as nossas vidas, os homens tinham várias mulheres, porque ocorria luta constante entre os indígenas, assim aquele que tivesse mais filho homem saíam às lutas, caça e era bem sucedido. Violência contra mulher era grande e fazíamos o que quisermos sem saber se estava errado ou não, era a nossa vida. Depois, fomos tirando partes que não estava de acordo a sagrada escritura, por que estava errada? Não. Era apenas a nossa vida. Agora vemos com outra visão e outro pensamento.

As coisas mudaram: no passado, tinha a escravidão e era aceita para movimentar a economia do país, agora é vista como crime a ser punido por lei. Assim o é com as práticas em geral e com a vida espiritual. Temos histórias contadas oralmente pelos anciões sobre a criação do ser A'uwẽ, de onde viemos e para onde vamos. São várias histórias. Todas reunidas: uma vida espiritual não contada.

5. A LÍNGUA XAVANTE (A'UWË MREME): DA ORALIDADE À ESCRITA

O nome do povo A'uwë Uptabi, uma autonegação que pode ser traduzida como “povo autêntico”, afinal, como dizem muitos A'uwë, “o nome do povo tem que ser na minha língua e não mais na outra”, traz o reconhecimento dessa comunidade como portadora de direitos, pois os povos indígenas buscam se autodenominar, quando é consenso na comunidade, em sua própria língua materna. É o caso de alguns estudantes que preferem ser chamados pelo nome que o povo se identifica e que, portanto, é a forma que soa bem aos ouvidos desses indígenas. Por outro lado, não questionarmos essas nomeações já dadas, na maioria das vezes pelos europeus, é como se não houvesse outra possibilidade de identificação desses grupos. Também por isso, muitos indígenas alertam que se preferem ser chamado de x ou de y - no meu caso, A'uwë. Semelhante aconteceu com outro indígena pertencente ao povo que antes era chamado de “Umutina”, pois, depois de alguns estudos e do reconhecimento dos direitos desse povo de se identificar, agora esse indígena prefere ser chamado de “Balatiponé”.

Sobre essas percepções sobre a significação das palavras de sua língua nativa, alguns estudantes indígenas têm deixado manifesta a não aceitação de nomes dados pelos colonizadores aos nativos, o que vem propondo mudanças cada vez mais – o resultado é o consenso de que é muito melhor ser chamado por aquele nome que foi aceito pelo povo e, quando é usado outro, soa estranho.

A forma de comunicação do povo A'uwë é passada de geração em geração mediante a oralidade. Antigamente não se tinha a escrita, também por isso os mais velhos, os líderes, ditavam as regras à comunidade, que se organizavam tanto para fazerem as tarefas na comunidade, quanto para caçar, visto que eles já sabiam, por exemplo, o tempo certo para a caça e as melhores indicações para a realização de eventos. Eram os mais velhos também que tinham o papel importante de zelar pela comunidade de diferentes formas: uns ocupavam o papel de curandeiros, outros, de sonhadores (aqueles que anunciam algo impensável a essa realidade, que são caçadores por natureza *etc*).

Mediante a oralidade, também se contavam histórias, mitos e fábulas, os quais, com a aparição da escrita, atualmente não se ouvem com tanta facilidade – ou, quando se encontra

alguém capaz de conta-las, não são histórias tão profundas, que relatam a existência do homem, da realidade desconhecida da vida indígena.

Os enunciados “*um povo sem língua é facilmente dominado*” e “*falamos a nossa língua, e ela nos representa*”, muito comuns entre os A’uwẽ, remetem ao passado, à chegada dos colonizadores, que afirmavam que aqueles nativos não tinham lei, regras nem crenças, por exemplo. Durante esse processo de “civilização” dos nativos, vários povos foram obrigados a abandonar a sua própria língua, porque ela não contribuía para a construção e desenvolvimento da terra “recém-descoberta”, do Brasil que estava sendo erguido, ou simplesmente porque os colonizadores europeus não entendiam aquelas outras línguas faladas, que soavam como ameaça ou até mesmo uma organização de luta contra o colonizador – e talvez realmente fosse o caso em certos casos. Desta forma, desde então, as línguas indígenas vêm perdendo força juntamente com os falantes nativos, que foram obrigados a não falarem mais suas línguas (em se tratando daquelas tribos que já tinham a língua portuguesa como primeira língua), resultado de inúmeras proibições e violências sobre as línguas e os povos indígenas.

Ainda que o povo A’uwẽ tenha contato com outras línguas, a nossa ainda se apresenta com muita força, mesmo que os jovens de hoje tenham uma percepção bem diferente sobre a nossa língua materna, perdendo o interesse em preservá-la após a chegada do “homem branco”⁶.

⁶ Assim foi chamado o “outro” que, na época da colonização, chegou a essas terras, afinal, não se tinha uma definição de quem eram, uma vez que eles apresentavam cor diferente de todas já vistas entre os indígenas. Por isso os chamaram e chamamos eles de homens brancos: uma característica marcante deles é a cor da pele branca, o que diferencia todo aquele que não é indígena da nossa “warazu”.

6. A LÍNGUA DO POVO A'UWÊ

A A'uwê Mreme (ou a língua xavante) é falada apenas pelo povo A'uwê - desconsiderando o povo Xerente, que apresenta o mesmo traço linguístico e algumas palavras parecidas, e os demais povos dos mesmos troncos. Ainda assim, é válido ressaltar que a tribo Xerente apresenta uma aproximação considerável com a A'uwê, lógico, inclusive no nível lexical, que sofre algumas modificações quando em contato, como a'uwe/akwe. A língua A'uwê Mreme apresenta variação, assim como qualquer língua natural do mundo, a depender da região, logo, os dialetos, como, por exemplo, o de Sangradouro e o de São Marcos, apresentam uma pronúncia que soa diferente quando comparada à dos A'uwê de Parabubure – nada, no entanto, que impeça que ocorra a comunicação entre falante dessa mesma língua.

A língua xavante se mantém viva, isto é, está em circulação normal, sendo utilizada por seus falantes nativos diariamente, servindo como forma de interação social, comunicação e possibilitando inúmeros processos de mudança social e tudo mais que diz respeito à organização da comunidade, como a preservação das identidades individuais e da coletiva. É claro, isso não significa uma pureza total da língua: é identificável alguns traços do português nos nomes que circulam mais intensamente na comunidade, isto é, algumas palavras que não têm tradução para a língua A'uwê Mreme, mantêm-se igual em português.

Já para os indígenas que moram em áreas urbanas, há outra organização no gerenciamento das línguas que eles falam: as línguas indígenas geralmente ficam em segundo plano, servindo apenas para a comunicação entre indígenas, logo, a língua A'uwê Mreme é acionada entre pares e, por sua vez, a Língua Portuguesa é utilizada com não indígenas, funcionando como uma forma de transição para fora da aldeia.

7. VARIEDADES DA LÍNGUA A'UWĒ MREME DENTRO DAS COMUNIDADES

São muitas as línguas existentes, todas com suas variedades, formas de expressões e particularidades. Muitas das quais não damos importância suficiente para refletirmos a respeito – na maioria das vezes, nem mesmo sobre a própria língua que usamos. Por isso, por tanto tempo não se estudaram as variedades desprestigiadas do português brasileiro, como a da periferia, e outras marginalizadas, por não seguirem as regras da gramática normativa e por não apresentarem na sua enunciação o "falar bem" - como se espera que os alunados falem, com um vocabulário de literatos.

Para termos noção do quanto é produzido sobre o do português falado pelos brasileiros, não precisamos ir longe, para a Europa, pois há relatos dos defensores dessa variedade e, em contrapartida, daqueles que não aceitam a mudança da língua, que afirmam que o certo é falar da mesma forma que está na literatura consagrada, a língua canônica d'os Luzíadas *etc.* Tanto o é que ainda há quem defenda que os brasileiros não sabem falar direito o português, que perverteram e levaram a língua a outro caminho, que é no Maranhão que se fala melhor o português e outros posicionamentos não científicos desse tipo – e essas afirmações se repetem em qualquer língua natural há muito tempo, guardadas as diferenças.

Mas o que isso tem a ver com as línguas indígenas discutidas aqui? Tudo, ou quase tudo. Há vários séculos, falamos a língua xavante. Alguns, por outro lado, cederam à pressão colonialista e não falam mais a língua nativa. Estamos fadados à mudança, mas estamos e estaremos defendendo o que é valioso, servindo para a identidade dessas pessoas. Nesse caso, a preciosidade é a língua A'uwẽ. As línguas naturais sofrem mudanças com o tempo e assim também é com todas as coisas deste mundo, pois a natureza age sobre tudo.

A afirmação de Orlandi (2008, p. 19) de que “o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político” nos remete a esse discurso (do) colonizador, como dito mais acima, que não abre espaço para o colonizado, pois estes são dominados e submetidos à obediência, resultando em apagamento histórico, destruindo aquilo

que é mais importante na vida de uma coletividade: sua língua e sua cultura. E toda essa violência visando a substituição pela cultura do colonizador, agora a dominante.

Seguindo no território brasileiro, agora no *campus* São Carlos da UFSCar mesmo, podemos trazer o relato de alguns indígenas, que sofreram apagamento de suas línguas violentamente, como nos demonstra o trecho da entrevista com um estudante dessa Universidade:

TRECHO 3:

Perdemos a língua não por que queremos, mas porque fomos forçados, e aqueles que falavam a língua (nativa) sofriram castigo, porque era visto como atrasado, a língua portuguesa está para ser falada por todos, os padres, missionários eram encarregados a fazerem isso, e até nos apresentaram a sua religião, como se não tivéssemos...

Essa visão do jovem indígena nos remete ao passado, quando os padres e missionários foram trazidos para "apaziguar os selvagens", ou mais adequadamente, para destruir a cultura estabelecida e exercida há muitos anos antes da invasão europeia, que agora resgatamos os pedaços na tentativa de reavivar o que se tirou apenas num piscar de olhos. O Brasil, por sua vez, pode até esquecer o que fez com os povos xavantes, mas o pesquisador indígena nativo abrirá as cicatrizes produzidas há vários séculos, pois foi uma violência horrenda, mas parece que ninguém dá valor ou pensa a respeito dos indígenas – e essa perspectiva é compartilhada por diversos jovens estudantes indígenas que estão à procura de suas culturas. Válido ressaltar ainda que aqueles indígenas que já não falam a sua língua materna, não o fazem porque ela lhes foi tirada à força, o que os coloca numa constante busca por esse traço da cultura e que reforça aquela velha imagem do ser indígena brasileiro, presente nos livros didáticos, por exemplo: o “índio” que anda pelado, mora numa oca *etc.*

O passado se faz presente no agora e o presente será o passado de amanhã e assim sucessivamente. E a cada dia que passa, o pesquisador nativo pode ousar e reabrir a ferida para despertar a importância do passado, de contar como doeu o ocorrido e trabalhar para mudar, para que não volte a acontecer - ou pelo menos amenizar e tentar tirar proveito com o trabalho realizado em prol das comunidades que foram e são desfavorecidas. Desta forma, as tribos de todo Brasil e de fora do país estão em busca do reconhecimento como integrantes da nação

brasileira, pois, embora estejam no mesmo país, ainda assim há uma divisão que os separa um do outro: indígenas e homens brancos.

Orlandi (2008, p. 19) afirma que “os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao ‘espírito’ de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam como seres-culturais (singulares), a-históricos”, logo, não por acaso até hoje temos essa visão colonialista de que somos seres culturais e o outro é sempre um ser a-histórico, sem cultura, sem lei. Como dito mais acima, o presente tem marca do passado, o que faz com que, muitas vezes, os mais velhos se neguem a contar o que realmente aconteceu, pois resultava em lutas e até mesmo muitas mortes. Uma vez que não havia comunicação porque um desconhecia a língua do outro, era de se esperar que não convivessem lado a lado pacificamente. Afinal, lugares colonizados são lugares explorados.

8. A(S) LÍNGUA(S) FALADA(S) NAS ESCOLAS INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA PARABUBURE

Primeiramente, destaco a importância de se falar as línguas indígenas – no meu caso, a A'uwẽ Mreme (ou língua Xavante) - porque nelas estão as nossas identidades, pois elas existem muito antes de nós e são passadas de geração a geração. Quando se é criança, aprende-se a língua materna; depois, quando se adentra a escola sendo uma criança indígena, elas começam a ter o primeiro contato com o mundo de fora, não sendo mais restrito o conhecimento às suas comunidades, e sim ao mundo além. Até aos dias de hoje, com o intuito de manutenção e perpetuação da língua, aos pequeninos é trabalhada a sua língua materna, ou seja, as aulas são lecionadas nas duas línguas (a língua indígena da comunidade e o português brasileiro), embora com uma certa fragilidade em relação ao ensino do português, pelo fato dos professores não receberem preparação para esse trabalho.

De fato, os materiais didáticos objetivam trazer conhecimentos externos às terras indígenas por meio das línguas dessas comunidades. Por outro lado, se os indígenas ficassem restritos, sem nenhum contato com o “outro”, estariam mesmo preservando a sua forma de viver? Os anciões das aldeias dizem que seria uma manutenção da vida indígena sem interferência de outra cultura, sem destruição - num sentido mais geral. Porque quando se tem duas culturas em contato/conflito, uma domina e apaga a outra – o que tem sido uma realidade muito comum das culturas indígenas. Um dos resultados disso é que a própria identidade indígena é questionada por não indígenas, o que traz à tona outros questionamentos: “não pareço indígena por quê?”, “quem é você para definir se sou indígena ou não?” *etc.*

Quando as pessoas conhecem outras realidades, acabam tendo uma visão mais ampla do mundo à sua volta, das questões que permeiam discussões sociais, como, por exemplo, sobre identidade, e muito mais. E essa expansão de conhecimentos tem se refletido até mesmo nos hábitos culturais dentro do ambiente escolar, visto que os professores, cada vez mais, levam às escolas o “ser indígena” com o objetivo de fortalecer, de manter viva a vida indígena – isso, é claro, é uma realidade escolar interna às aldeias, pois, na cidade, é outra a realidade. Assim, para

os professores, essa não divisão entre o ser indígena dentro e fora da escola na aldeia é importantíssima, pois, caso contrário, estaremos abandonando a nossa cultura e a nossa língua.

Escolas que são adeptas desse pensamento, são diferenciadas para os povos indígenas das aldeias. Tanto o é que, recentemente, foi um choque para todos quando um professor planejou para que sua escola tivesse formato de tatu. A obra foi entregue em 2007, durante a gestão do prefeito Zózimo Chaparral (PCdoB):

Imagem 4 - Escola Tatu



Fonte: Olhar Conceito.

Imagem 5 – Escola Tatu



Fonte: GQ Globo.

Um estudo da Profa. Dra. em Linguística, Águeda Aparecida da Cruz Borges, publicado em 2012 explica que **“A escola é o fortalecimento vivo da cultura, para que os jovens aprendam a valorizar o povo e falar a língua”** e que

[...] **o povo Xavante** resolveu fazer a escola para também a troca de culturas com outras etnias, conhecendo as expressões culturais que fazem parte da cultura, para falar também da população brasileira e de outros países, [...] **para combater a intolerância e o preconceito com nós indígenas**, pois na **Constituição Federal diz lá que todos são cidadão**. (BORGES, 2012, p. 174, grifos da autora).

Além disso, o propósito seria de “(...) **preservar a identidade e cultura do seu povo**. Segundo os princípios da aldeia, o professor precisa trabalhar com energia e força de um tatu, que é um caçador forte, guerreiro nato” e que, segundo a autora, é um símbolo da espiritualidade dos xavantes “[...] que imprime a diferença em relação à arquitetura dos prédios das escolas urbanas e inscreve-se uma nova discursividade”.

9. EM DEFESA DA NOSSA CULTURA A'UWĒ

Antigamente, defendia-se que a geração seguinte falaria uma versão de A'uwĒ Mreme sem interferência alguma de outras línguas, especialmente o português brasileiro – e os antigos eram ávidos em defender essa ideia. Todavia, qualquer trabalho de tentar manter uma língua intacta é naturalmente falho e assim foi com a “proteção” da língua A'uwĒ Mreme, porque outras línguas entraram na nossa cultura e tiveram um papel importante na nossa vida social, de uma forma geral, desde o primeiro contato com o homem branco – como podemos conferir no **trecho 4**: *“apenas nos adaptamos com o tempo, fizemos acordo para que não fôssemos prejudicados”*. Portanto, a visão que hoje se tem sobre essa relação entre línguas é que as duas, a A'uwĒ Mreme e o português brasileiro, podem conviver (e efetivamente convivem) no falar dos jovens, almejando cada vez mais o aprimoramento linguístico desses falantes nas duas línguas.

Antes do contato com o homem branco, como já foi mencionado, as línguas indígenas, de forma geral, eram apenas praticadas e transmitidas oralmente. Assim, perpetuou-se a cultura A'uwĒ, pelo fato de os missionários terem demorado para catequizar esse povo, que seria, segundo eles, “o terror do Brasil”, pelo fato de não aceitarem submissão, tampouco a presença desse outro desconhecido branco. Por isso e também pelo incentivo dos mais velhos, mantivemos e mantemos a cultura do povo A'uwĒ forte até os dias de hoje na vida dos jovens, mesmo com todo tipo de interferência de outras culturas no nosso dia a dia.

Não por acaso, alguns professores levam a cultura indígena para dentro da sala de aula - às vezes, fazendo da sala de aula mesmo uma representação da cultura, como nos mostra a Escola Iró' Órãpe (Imagens 4 e 5) -, incentivando, assim, os jovens a darem o devido valor a essa cultura, porque é por meio da nossa tradição que nos identificamos e seguimos fazendo a manutenção da nossa própria identidade, demarcando a nossa presença em qualquer lugar que formos, pois sempre seremos A'uwĒ, seja na aldeia, seja na cidade. Percebe-se essa valorização da cultura A'uwĒ, por exemplo, nos rituais, que, em geral, são valorizados e respeitados pelos jovens praticantes, pelas crianças, já que se trata de um momento em que a presença deles é requerida com extrema importância, pois precisamos dar continuidade àquilo que nos foi passado e garantir que farão o mesmo.

No geral, todos os povos originários do Brasil têm se mobilizado em defesa das suas respectivas culturas, o que, a grosso modo, significa dizer que agem pela preservação da natureza, porque é ela que proporciona a beleza natural que os olhos podem admirar e é ela mesma o meio pelo qual retiramos os alimentos para a nossa sobrevivência. É uma troca de energia que flui entre o meio ambiente e nós.

10. POR QUE E PARA QUE APRENDER OUTRAS LÍNGUAS?

Com a necessidade de se relacionar em outras línguas e por causa de inúmeras dificuldades advindas da vida social na cidade (como a desvalorização daqueles indígenas que não falam sua língua materna na cidade; conflitos entre indígenas e com não indígenas; a visão deturpada de não indígenas sobre os povos indígenas *etc.*) é que surgiu essa ideia de aprender as duas línguas - também por uma questão estratégica, é claro, uma vez que a língua portuguesa é considerada a “língua do mercado”, o meio pelo qual adentramos ao mercado de trabalho, que é muito dificultado quando se fala apenas a língua materna indígena.

Como é sabido, a língua falada nas aldeias A’uwês/Xavantes se manteve até nos dias atuais, pois, embora tenhamos adquirido conhecimento de outras línguas, a língua A’uwẽ Mreme é falada pela maioria dos jovens. Por sua vez, na cidade, os indígenas fazem com que as duas sejam empregadas, ainda que seja a língua portuguesa que ganhe destaque, pelo fato de receber um grande prestígio. De qualquer forma, semelhante acontece inversamente, uma vez que, na aldeia, há a valorização, pelos anciões especialmente, da língua da comunidade. Válido ressaltar que isso não é um julgamento que resulta em suposta exclusão, mas sim uma forma de combate à triste realidade dos jovens de hoje, que se julgam incapazes de aprender outras línguas, uma vez que a valorização de suas línguas maternas é também um processo de estímulo da autoestima (também linguística).

Então surgem alguns questionamentos: para que aprender outras línguas indígenas? A resposta, obtida com as entrevistas realizadas nessa pesquisa, é que hoje se valoriza quem tem mais de uma língua e assim também o é no meio indígena, porque, se considerarmos as questões internas às aldeias e os problemas enfrentados com outras aldeias, é necessária a aquisição de uma ou mais línguas para uma discussão “de igual para igual”.

Atualmente, muitas questões que envolvem os povos originários e seus valores têm sido menosprezadas por muita gente, portanto, é importante que saibamos nos comunicar nas outras línguas, independentemente de qual seja, pois o que importa é que consigamos ter voz e sempre atualizar nossa imagem, já que representatividade indígena no meio dos não indígenas faz com que ocupemos espaços. Há muitos outros questionamentos que permeiam essa discussão, como,

por exemplo, se seremos ouvidos se apenas falarmos as nossas línguas indígenas e como combateremos aqueles que entram nas nossas comunidades, sem permissão, com a finalidade de exploração? Aqui, no entanto, nem estamos tratando de uma outra questão importantíssima: o genocídio da população indígena.

Por essas e outras questões é que se considera a aquisição de outras línguas, à procura de representatividade, assim como fez o primeiro indígena eleito como deputado federal, Mário Juruna (na época, pelo Partido Democrático Trabalhista, o PDT), levando a nossa imagem, a nossa existência indígena para o mundo. Mário Juruna nos defendeu e levou informações ao mundo sobre o que é “ser indígena de fato”, avisando sobre a importância de não simplesmente aceitar o que se aprende dentro de uma sala de aula, que é, na verdade, uma historinha ou imagem recortada do ser indígena.

Nos dias de hoje, a visão dos jovens é outra: a maioria defende que aprendamos a segunda língua, para nos locomovermos em diferentes situações comunicativas sem nenhum problema. Assim, aquele que faz uso apenas de uma delas ou que não sabe se comunicar de outra forma é visto com um outro olhar, de inferioridade, por não saber falar a língua portuguesa. Por outro lado, aquele indígena que não fala sua língua materna também é visto como inferior. Desta forma, resta aos indígenas aprenderem outra língua sob qualquer custo.

Há ainda uma visão contrária, daqueles que respondem negativamente a pergunta “por que aprender outras línguas?”. De qualquer forma, conforme a entrevista realizada, o posicionamento daqueles que se aventuraram mais na segunda língua e também dos jovens que moram na cidade pode ser resumida pelo seguinte trecho, que nos leva a pensar que a aprendizagem de outra(s) língua(s) facilita a comunicação ou convivência na cidade, conforme apresenta o trecho 5.

TRECHO 5:

Porque estamos no meio dos que não falam a nossa língua e o mundo está cada vez mais contra os que não domina as outras, portanto, não basta falar a sua e não conseguir se comunicar com outras pessoas de línguas diferentes, desta forma, resta-nos adquirir a outra e saber nos comunicar. Assim como acontece com muitos que migraram para cidade tendo em vista a aquisição da outra.

11. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS PARTICIPANTES A'UWË

No primeiro momento de transcrição das falas dos entrevistados, já foi possível observar as marcas linguísticas de cada participante, ou seja, aqueles indícios de suas posições enquanto integrantes de um determinado grupo, pois, ao serem indagados, deixaram explícitas suas posições tanto social como individual, que os situam enquanto falantes da língua A'uwë. Assim, essas marcas linguísticas nos revelam características do povo A'uwë, independente da localidade do entrevistado, sendo ele residente da cidade ou de alguma aldeia. Para manter a identidade de cada participante anônima, tendo em vista que os pontos de vistas se diferenciam entre si, não iremos eleger qual vale mais ou qual é mais importante do que as outras, visto que essa análise objetiva apresentar perspectivas antigas e atuais na tentativa de entender pontos que divergem ou que se assemelham quanto à identidade indígena e aos acontecimentos históricos desses grupos.

Desta forma, os participantes serão referenciados como ancião um (AN01) para cacique; ancião dois (AN02) para as memórias dos anciões que já se foram, mas deixaram seus legados e ancião três (AN03) para os demais componentes de anciões. O mesmo sistema serve para adolescentes: adolescente um (AD01); adolescentes dois (AD02), adolescente três (AD03) - com a finalidade de abordar diferentes pontos de vista, tanto do passado quanto do presente, dos velhos e dos jovens. Vale ressaltar que é importante, em primeiro lugar, observarmos os traços linguísticos do sujeito indígena de hoje, por meio dos quais ele afirma a sua identidade e, em segundo plano, revela como era antes.

Os sujeitos falantes dessa língua sempre se autodenominaram A'uwë Uptabi, nome muito diferente daquele atribuído pelos europeus, “xavante”, que tem sido visto com outra ótica na atualidade sob a perspectiva dos jovens e adultos. Com os diferentes relatos, poderemos ver o posicionamento desses sujeitos quanto à sua identidade e sua fala enquanto um grupo.

Para tanto, iniciaremos com os relatos dos velhos, mediante a apresentação/representação do ancião um (AN01), sendo a sua fala um ponto que rememora os saberes ancestrais e traz à tona aquilo que experienciou ao longo de sua formação e preparação para, enfim, ocupar o cargo de cacique da aldeia Estrela, um cargo de liderança que o atribui um papel decisivo dentro da aldeia Estrela, uma vez que ele representa também a imagem dos que já se foram, mas que deixaram uma herança de continuar a praticar e viver o que eles praticavam e viviam.

Reavivamos essas heranças, por meio de pinturas corporais, por exemplo, para entendermos essa posição tão representativa de líder da sua comunidade, no município de Campinápolis (MT), sem esquecermos o que ele disse sobre a importância da manutenção da língua A'uwẽ e, ao mesmo tempo, reavivando a fala dos mais velhos, que nos ensinaram a manter viva a nossa língua e a lutar por ela. Nesse sentido, a aprendizagem da escrita é fundamental para podermos reescrever a nossa própria história, para comunicarmos tradições que vão na contramão da visão eurocêntrica, tradições que se perpetuaram mediante a oralidade.

No trecho 6, “a minha fala será de um velho insatisfeito ou que aconselha seus filhos e os demais jovens...” (AN01), podemos identificar um mergulho no passado que traz para o momento presente todos os ensinamentos de quando os velhos apresentavam suas heranças, conselhos e regras aos jovens. E não destaco esse enunciado à toa, pois esse ancião reconhece quem ele é de fato: “a minha fala será de um velho [...]”. Enquanto cacique/líder dessa comunidade, ele ressuscita a fala dos anciões através da sua e atribui credibilidade àquilo que aprendeu, aconselhando os mais jovens a darem valor e continuidade ao que aprenderam quando estavam aprendendo a viver a vida A'uwẽ dentro de uma dada comunidade.

TRECHO 6:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2015, p. 31)

Esse trecho é uma representação fiel dos anciões que o antecederam e tiveram a mesma tarefa de perpetuar a nossa cultura, tanto na fala quanto no comportamento, diante de dificuldades e problemas - esses ensinamentos foram aprendidos de seu antecessor, que também perpetua essa prática de gerações passadas. Quando um líder de uma dada comunidade resolve se ausentar do cargo de liderança deliberadamente ou por acontecimentos trágicos que resultam em morte

iminente ou imediata, o cargo de cacique passa a ser de alguém designado pelo povo, assim como foi o caso do AN01.

E o questionamento que surge é: o que os velhos ensinam a alguém destinado a liderar um povo? Na maioria das vezes, eles passam seus ensinamentos, tudo aquilo que aprenderam mesmo, tais como chamar para uma reunião, por exemplo, e debater ideias contrária às suas – afinal, um líder precisa ouvir o povo também e debater com outros indígenas. A propósito, todas as realizações de eventos, tais como casamento ou as saídas à caça, devem ser realizadas de acordo com o consenso da comunidade.

É válido ressaltar que, no passado, era diferente e não sabemos muito bem o que acontecia, mas o trecho 7 nos apresenta uma perspectiva atual sobre como o cacique gostaria que fosse processo de preparação de um novo líder:

TRECHO 7:

Mas se não tem interesse em falar tudo bem, eu só queria que fosse ensinada as duas línguas nas escolas tanto nas aldeias quanto nas cidades, porque estamos em toda parte do Brasil. Não aguento mais sermos desprezados sem reconhecimento, porque houve mortes em massa do povo A'uwẽ uptabi (povo autêntico). (AN01)

Embora no passado se afirmasse com todo rigor que não se deveria adotar outra língua que não a nativa na comunidade, o cacique retorna a um passado e deixa manifesto o seu desejo de que hoje se ensine as duas línguas dentro da sala de aula. Quanto à constante violência e desentendimentos, ele retoma a memória dos anciões que o antecederam. Antes, na época em que chegaram os europeus, era constante o conflito entre povos. Todos esses relatos fazem parte, de uma maneira ou de outra, da memória dos anciões e dos povos, o que torna os conselhos dos anciões mais decisórios e, também por isso, rigorosos e estratégicos, visto que precisavam de conhecimento de guerra, camuflagem e muito mais. De fato, foi uma guerra, que, inclusive, resultou em extermínio parcial do mais “fraco”, como é dito nos filmes e documentários atuais.

Os conselhos que o líder passa para aquele que assumirá o cargo devem obrigatoriamente ser cumpridos, caso contrário, o novo líder é prontamente substituído por outro. São tantas regras e conselhos vindos dos anciões que, nessas falas, são facilmente notadas as observações sobre as

mudanças ocorridas ao longo de sua permanência na liderança. Por isso, o AN01 começa o trecho 6 dizendo ser “um velho”, alguém experiente no assunto, que é cuidadoso para fazer observações; alguém que viu e vê passar, diante de seus olhos, o conflito, a paz e todo tipo de mudança.

TRECHO 8

... o que eu vejo nos jovens de hoje é que, não querem mais falar xavante. É o mundo globalizado[...] E em relação a nossa cultura, aqui também entra desinteresse dos jovens, todos querem ter uma vida dos não indígenas, viver na cidade, ter celular, computador, e muito mais. (AN01)

O ponto de vista do passado em que se defendia avidamente o uso exclusivo da língua A'uwẽ sem nenhum contato com outra se reflete em dizeres do tipo “o que eu vejo nos jovens de hoje é que não querem mais falar xavante”. Dizeres como esse dão a entender que há algo, ocasionado pela globalização, que os proíbe de ou pressionam a não falarem xavante. Muitos têm afirmado sobre a relação entre língua e identidade, relação essa identificada muito fortemente no trecho acima e em outros dizeres que afirmam, pejorativamente, que os jovens atualmente pensam diferente e almejam o domínio de outras línguas – o que subtende que, aos poucos, aceitamos as outras culturas e, como consequência disso, abriríamos mão da nossa.

Do ponto de vista dos jovens, é extremamente importante que aprendamos outras línguas – indígenas e não indígenas. Assim, respondendo o enunciado do cacique, o trecho 6, “[...] um velho insatisfeito que aconselha seus filhos e aos demais jovens”, surge a questão: um cacique que é adepto a essas mudanças fracassa na sua missão de liderar porque não se esforçou para que a língua se mantivesse “intacta”? Não exatamente: ele acompanha a mudança e a rebeldia dos jovens que não permaneceram nas aldeias e que saíram para a cidade à procura de uma vida digna, à procura de uma boa educação.

Como registrado no discurso do cacique, que relembra ao passado e, através dessa rememoração, faz com que seus enunciados sejam atualizados no momento em que ocupa o papel de historiador, com que ele compartilhe a sua experiência enquanto alguém que conta o ocorrido e se posiciona enquanto líder de um povo que está submisso a obedecer. Nesse sentido, ocupar o papel “de um velho” experiente diz respeito ao tempo de preparo, de aprendizagem, de experiência adquirida ao longo de um percurso com líderes anteriores. É por isso que se trata da

atualização de uma memória, aqui entendida segundo Pecheux (1999, p. 50), para quem a “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”.

Diante disso, afirmar ter “insatisfação” quanto à vida dos jovens, especialmente aqueles que trocaram a aldeia pela cidade e também aprenderam a falar a língua portuguesa e/ou outras, é ignorar que o mundo está em constante transformação, temendo que deixemos de ter interesse na vida indígena. Estaria o cacique contra os que almejam a mudança, em busca de uma vida digna, do ser moderno? Na verdade, não é o que mostra a sua insatisfação, pois ela pressupõe dizer que os pensamentos dos jovens estão mudando conforme a realidade também o fazem, afinal, hoje é muito diferente do que na época dos anciões, quando se vivia apenas a vida indígena, sem o contato/conflito com outras culturas.

Na maior parte das vezes, levamos ensinamentos e damos valor ao que se dava naquele tempo. É nesse sentido que se inscreve a alegação do cacique de estar insatisfeito, porque é provável que isso aconteça até com os próprios filhos, mesmo que recebam conselhos, pois, é claro, quando se está na aldeia, podemos ter a vida indígena, praticar de tudo, mas as coisas mudam quando nos mudamos para cidade - o mesmo tem acontecido dentro da sala de aula. A escola precisa ensinar as duas línguas, se não os jovens irão à procura de onde se ensina. Sejam indígenas da cidade ou de outras comunidades indígenas, os jovens dizem coisas como “eu já aprendi a falar a minha, agora vou aprender outra(s)”. Por isso, precisamos estar atentos e acompanhar o ritmo das mudanças ocasionadas pelo tempo, tendo em mente o que encontraremos no final do caminho, sem ficarmos presos no tempo, como se nada pudesse ser mudado de acordo com a realidade que se altera: é sabido que tudo muda – e não é diferente da realidade dos A’uwẽ.

Os discursos estabelecem uma história. A história, em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução, mas produção de sentidos (Paul Henry, 1985). Ela é algo do discurso. Não há história sem discurso. É aliás pelo discurso que a história não é só evolução, mas sentido, ou melhor, é pelo discurso que não se está só na evolução, mas na história (ORLANDI, 1990, p. 18).

Dito isso, o entrevistado, a partir de seu discurso, apresenta como as coisas eram ao longo de sua permanência no poder como cacique e, a partir disso, nos convida a pensar e entender uma

parte cronológica da história que não temos acesso por outros meios, visto que foi passada mediante a oralidade entre gerações: de como era a vida indígena, os ensinamentos recebidos e dados, como eram as convivências com outros povos no passado e, com isso, nos cativa para mergulharmos junto com ele nessa narrativa de um “velho” que, ao longo de sua trajetória como alguém importante dentro da comunidade, faz com que nos sintamos com uma certa responsabilidade ancestral, também por conta de seus antecessores.

Quando um cacique fala “minha aldeia”, esse pronome possessivo da primeira pessoa do singular antecipa que é alguém “superior”, que guia aquele grupo e que tem experiências que justificam aquela fala, secundarizando a posição de outros indígenas das aldeias - lembrando que o objetivo dessa superioridade não é desqualificar nenhum outro líder daquela ou de outra aldeia, pois o cacique é o responsável por enunciar o que lhe foi passado, carrega a responsabilidade de retomar os ensinamentos de seus ancestrais. Todos os caciques das suas respectivas aldeias têm a mesma tarefa de cuidar e zelar por sua comunidade e de, portanto, reavivar em sua fala todas as lideranças anteriores.

Antes, para entender melhor o papel do Ancião 1, incumbido de autoridade, já sabemos, é relevante entendermos que não se está dizendo que ele é o dono das pessoas, da aldeia ou de outras coisas e que, logo, pode fazer qualquer coisa, como tomar certas decisões sozinho, mas, muito pelo contrário, nos induz a pensar que há um líder que preza pela organização da comunidade e que organiza reuniões com ela antes de tomar decisões importantes. Esse é um processo baseado no respeito e na compreensão das necessidades da comunidade, por isso, caso algum cacique fosse tomar uma decisão sem consultar a comunidade, muito provavelmente seria julgado como incapaz de exercer tal cargo de liderança justamente por conta do provável dissenso advindo da não comunicação. Exatamente essa confiança é que a sua fala traz – a de um líder que se posiciona sem receios sobre o que se deve seguir, sobre a língua que devemos empregar, as danças que devem ser parte dos nossos rituais. Essa postura de se posicionar como autoridade diz respeito aos que os mais velhos destinados a zelar pelo seu povo faziam com ousadia, afirmando serem autoridades em uma determinada aldeia; o que se mantém até hoje.

No entanto, seria essa uma forma implícita de subjugar os demais? Não, absolutamente não. Trata-se apenas de alguém que foi destinado ou eleito a ocupar e cuidar do povo de uma

dada comunidade, pois cada aldeia tem seu cacique – que, hoje, pode ser mulher também, mais uma prova de que tudo muda.

Ainda pensando sobre o desinteresse dos jovens em manter a língua materna intacta lanço uma pergunta que talvez seja interessante de se fazer com o intuito de compreendermos o por que de toda essa problemática. Qual seria o motivo para não falar mais a língua A’uwẽ na perspectiva dos jovens de hoje? É uma questão interessante que nos leva a refletir sobre o desinteresse por empregar a língua nativa. A busca pelo reconhecimento desses povos indígenas, considerados minorias, se dá a partir da UNESCO em parceria com esses falantes nativos, que tanto lutam por direitos básicos, como podemos ver:

El Día Internacional de la lengua materna pone de manifiesto que las lenguas y el multilingüismo pueden fomentar la inclusión, y que los Objetivos de Desarrollo Sostenible se centran en no dejar a nadie atrás. La UNESCO considera que la educación basada en la primera lengua o la lengua materna debe empezar desde los primeros años de escolaridad, ya que la atención y la educación de la primera infancia son el fundamento del aprendizaje. (ONU, 2021, s. p.)

A posição do cacique não está de acordo com a visão dos jovens, lógico, no entanto, o tempo exige que nos adaptemos a um novo cenário e a exigências que devemos cumprir. Assim, o ensino precisa ser bilíngue atendendo a necessidade dos jovens, não elegendo apenas uma língua a ser valorizada. Sabemos que as línguas estão sujeitas a desaparecerem ou mudarem quando um determinado grupo adota uma segunda língua ou quando, por outros motivos, se deixa de empregar aquela língua materna. Da parte da UNESCO e dos que fizeram com que houvesse esse reconhecimento das línguas minoritárias é que surge a defesa às línguas nativas, para que todos tenham uma educação de qualidade, sobretudo em língua materna, o que é um grande avanço, porque, muitas das vezes, um sujeito que estuda em outra língua é visto com olhar de rebaixamento. Essa é uma boa iniciativa, que traz outro significado à educação, antes feita exclusivamente em língua não materna. Por isso, devemos considerar a importância da manutenção da língua materna, bem como fazem os Mawés e muitos outros povos que entendem a necessidade de mantermos a nossa identidade e o papel importante da língua e dos ensinamentos dos anciões nesse – afinal, se o ancião ou se os falantes desaparecem, a língua também desaparece, ela não existe num vácuo, independente. Sob esse ponto de vista, a língua está mesmo desaparecendo aos poucos, justamente porque os nativos sofrem diariamente invasões de suas terras, veem as lideranças sendo assassinadas ao defenderem seus territórios ou

outros materiais produzidos. Enfim, o que isso tem a ver com língua materna? Simples: “cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima” (BÃ HAMPÁTÊ, 2003). E então a quem recorreremos? Esse apagamento paulatino dos nativos é um dos vários fatores que ameaçam a identidade indígena.

E quanto às questões sobre o desinteresse, por parte dos jovens A’uwê, de se falar a língua nativa? Aqui se faz necessário analisarmos qual(s) língua(s) se encontra(m) no centro, ou sejam, opera(m) como dominante(s), e não periférica(s), como inglês e outras línguas europeias. Para os jovens indígenas, a realidade é de desvalorização da língua materna, não só a língua A’uwê, mas a de todos os povos nativos que, por consequência de opressão, abandonaram a língua materna, adotando a língua portuguesa como a primeira língua - ou também porque foram forçados a abandonar essa língua materna por ser “uma língua feia”, valorização essa presente em muitos relatos de estudantes universitários. Essa desvalorização reflete também todo o fardo que alguns pais carregam, aqueles que não mais ensinam seus filhos a falarem a língua materna, que apenas valorizam a língua não indígena, já cheia de prestígio social, o que resulta numa notável timidez dessas crianças indígenas de fazer com que a língua materna circule entre os pares.

Quando não é sobre a não beleza de uma determinada língua indígena, esses comentários negativos recaem sobre a suposta “sina” dessas línguas, que estariam fadadas a desaparecerem – assim, naturalmente, como se não houvesse um processo de dominação e extermínio desses falantes primeiramente.

Relaciono esses afastamentos com a publicação de Carolina Gandulfo (2007), *Entiendo pero no hablo el guarani “acorretinado” en una escuela rural: usos y significaciones*. Pensando nisso e em toda a bagagem de observações e experiências, questiono: estamos caminhando para esse mesmo fim – a morte da língua A’uwê numa determinada geração? Para que não tenhamos o mesmo fim é preciso não pedestalizar a língua portuguesa, ainda que seja necessária a sua aprendizagem – afirmo isso ressaltando que não tenho tipo algum de preconceito com outras línguas, mas que, aqui, sou um pesquisador nativo e almejo a manutenção da minha língua materna junto à aprendizagem de outras mais.

Seguimos analisando a fala do cacique, que argumenta que “é o mundo globalizado”, atribuindo as causas das mudanças à contemporaneidade. Como é sabido pelos indígenas, de forma geral, a nossa verdadeira história sempre foi apagada, contada para estrangeiros e para

brasileiros, de diversas maneiras e em diversas línguas, sobretudo por missionários e jesuítas, excluindo a possibilidade de algum nativo contar a história do Brasil com coerência, ou seja, com a visão endógena. O colonizador apagou a história real dos nativos deste lugar conhecido hoje como Brasil. A partir do momento que pisaram no solo desta terra, neste mesmo momento iniciou-se o apagamento das histórias, vidas, línguas e espiritualidades indígenas, sendo substituídas brusca e forçosamente pelo estilo de vida europeu, resultando no fato, ainda muito contemporâneo, de que tudo que vem de fora, aqui se planta e colhe frutos, afinal, é um terreno fértil para não nativos.

As histórias dos indígenas do Brasil foram silenciadas. Feitas e contadas por eles mesmos muito antes do período colonial, todas apagadas. É preciso sempre ressaltar que a história do Brasil não começou a ser escrita quando os colonizadores invadiram essas terras, mas, muito pelo contrário, já estava viva entre os anciões, nas histórias contadas e repassadas oralmente, no viver do dia a dia, nas danças, nos ritos e até mesmo no simples brincar das criancinhas. Por outro lado, à escrita é atribuída a autenticidade histórica, como se ela tratasse fielmente o que aconteceu de fato com o Brasil, como se fosse não condicionada: não questionamos quem escreveu, quando, por quê, como *etc.* Uma prova disso é que, até os dias atuais, o que aprendemos como verdade é ensinado na escola e através dos registros escritos nos livros didáticos (novamente a problemática da escrita e suas condições): que os “índios moram numa oca e andam nus”. Esse imaginário nos mostra que são várias (se não todas) as histórias que precisam ser recontadas, agora sob um viés endógeno.

Os colonizadores e historiadores sempre descreveram essas histórias do ponto de vista deles, resultando em uma perda irreparável. Por não haver ciência (sob esse ponto de vista europeizado) ou conhecimento de escrita dos povos autóctones ou porque eles se consideraram superiores em muitos aspectos, perderam-se muitas coisas como se não tivessem valor - e uma delas foi a vida espiritual.

Entretanto, por outro lado, uma vez que o ser humano é dotado da capacidade de fala naturalmente, o que proporciona a perpetuação da língua e cultura de muitos, não foi necessária a escrita para a manutenção da vida indígena e tudo que ela engloba: a oralidade, as tradições e nossa cultura em geral. Ainda que esse instrumento seja considerado por muitos como benéfico por perpetuar os registros, do ponto de vista indígena, a escrita é uma arma que mata a vida e a

tradição indígenas; essa valorização intensa da escrita é parte do processo de colonização, pois o colonizador tenta sempre impor a sua cultura, a sua língua, a sua forma de viver, e o que ser diferente do que é o normal para ele, é visto como uma violação do atributo humano, das regras prescritas. Antes, não se necessitava da escrita, porque a história contada oralmente mesmo já era um texto pleno, que dispensava outros artefatos, já ocupava uma posição essencial como forma de perpetuar a vida, hoje, no entanto, a maioria das sociedades que utilizam um sistema de escrita adotam uma perspectiva logocêntrica, em que a escrita é quem guia a fala, que não passaria de uma outra “versão” da palavra escrita. Posicionamentos desse tipo nos categorizaram como “os sem leis”, como desleixados e atrasados, todavia, a oralidade serviu e serve como meio de guiar os nativos e localizar os povos indígenas desta terra chamada Brasil há muito tempo.

A perspectiva que prioriza a escrita, e que vem diminuindo a importância atribuída à oralidade, vem resultando também numa perda irreparável dos textos orais repassados entre gerações antes da chegada do colonizador. Todas as histórias contadas e tudo que há no mundo era texto oral e estava em harmonia com a vida dos nativos, tratava-se de um eu que dizia “eu”. É nesse sentido que percebemos os impactos dessa imposição de se adotar um sistema de escrita e o que isso acarreta – nesse caso, o apagamento da existência do outro, do colonizado. Por isso é tão importante que os subjugados, oprimidos, os nativos, caso adotem um sistema de escrita, que o façam como contra-ataque em relação ao colonizador.

No entanto, atualmente, a escrita está sendo deixada de lado pelos jovens por dois motivos: primeiro, para combater o outro com a mesma arma trazida por eles, nesse caso, não a utilizando, tornando-a inútil para nós; segundo, para perpetuar a oralidade e recontar histórias, porque entendemos que nada permanece igual para sempre, intacto, sem a influência do tempo, logo, se as histórias e ensinamentos não forem repassados, desaparecerão. Isso deve ser uma preocupação também porque, na atualidade, poucos (ou mesmo nenhum) A’uwẽ sabem contar fielmente o que aconteceu no passado, justamente porque essa história se perdeu com o passar do tempo e com os inúmeros assassinatos de indígenas, o que resultou numa diminuição dos números de anciãos - porque somente eles conheciam a história verdadeira e não tiveram tempo de vida para repassar esses ensinamentos.

Quando chegaste mais velhos contavam histórias. Tudo estava no seu lugar. A água. O som. A luz. Na nossa harmonia. O texto oral. E só era texto não apenas pela fala mas porque havia árvores, parrelas sobre o crepitar de braços de da floresta. E era texto porque havia gestos. Texto porque havia dança. Texto porque havia ritual. Texto falado ouvido

visto. É certos que podias ter pedido para ouvir e ver as estórias que os mais velhos contavam quando chegaste! Mas não! Preferiste disparar os canhões. A partir daí comecei a pensar que tu não eras tu, mas outro, por me parecer difícil aceitar que da tua identidade fazia parte esse projeto de chegar e bombardear o meu texto. Mais tarde viria a constatar que detinhas mais outra arma poderosa além do canhão: a escrita. E que também sistematicamente no texto que fazias escrito inventavas destruir o meu texto ouvido e visto... (MANUEL, 1985, s. p.).

Esse fragmento não só relata a vida do negro, mas também carrega traços de todos grupos oprimidos, forçados a abandonar a sua cultura - sempre lembrando que esse processo de colonização nunca é pacífico, há sempre um confronto violento, em que um permanece e outro é derrubado, pois, se foi colonizado, tem sua existência apagada, ou pelo menos violentamente se invisibiliza traços da existência desse outro, considerado mais frágil.

Muitos jovens de hoje, especialmente escritores e estudantes, têm se posicionado seguramente com o intuito de recontar essas histórias, apoderando-se da escrita para reescrever o que não foi nem está escrito, se autodenominando a partir da perspectiva endógena. Essa é uma outra possibilidade de contra-atacar o colonizador: utilizando suas próprias ferramentas. Ainda citando o texto de Rui Manuel (*Ibid.*), “agora sinto vontade de me apoderar do teu canhão [escrita], desmontá-lo peça a peça, refazê-lo e disparar não contra o teu texto não na intenção de o liquidar mas para exterminar dele a parte que me agride...”.

A história está sendo recontada, agora sob a perspectiva dos nativos, que também estão se apoderando da escrita como um instrumento de luta e resistência. Não só escrevendo, é claro, mas também exigindo o direito à terra e o direito à vida enquanto ser humano. Por intermédio da escrita, os escritores e músicos, por exemplo, recorrem a novos meios de transmitir mensagens, conhecimentos, ensinamentos da vida indígena, mas também a exigir o que é nosso por direito, usando a escrita como um palanque para anunciar nossas lutas; todas em favor de uma vida melhor.

12. A RELAÇÃO DOS JOVENS A'UWÊ COM A LÍNGUA PORTUGUESA

A relação dos jovens A'uwê de hoje com a língua portuguesa não é a mesma que os jovens do passado tinham. Antes, pensava-se que seria prejudicial a interferência de outra língua e cultura nas comunidades indígenas, por isso, não sabíamos que isso seria necessário para combater discriminações, violências *etc.* No entanto, o tempo, encarregado pela mudança, nos impede de pará-la e manter a nossa cultura intacta, porque os jovens de hoje almejam ter a vida do não indígena: ter um bom sistema de educação, melhores condições de vida, acesso à aprendizagem de outras línguas, que não apenas o ensino formal de A'uwê *mreme etc.* Essa saída da aldeia se reflete, por exemplo, na quantidade de cidadãos da cidade de Campinápolis, em que a maioria é indígena A'uwê.

Os pais não medem esforços para colocar seus filhos nas escolas da cidade, pois almejam essa vida urbana e todos os direitos que ela traz – ainda que ofereça também perigosas e destrutivas dificuldades, como as bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, por exemplo. Essas e outras drogas têm sido os agentes que mais destroem as oportunidades de ascensão dos jovens, visto que são aquilo que, muitas vezes, dividem o sucesso e o fracasso.

Por outro lado, os jovens que conseguem acessar a escola e, sobretudo, se manter nela, adentram, muitas das vezes, sem conhecer nenhuma palavra sequer em língua portuguesa, porque, nas aldeias, essa língua é pouco trabalhada (quando o é!), visto que as aulas são ministradas na língua materna da comunidade; essa mudança brusca exige uma adaptação igualmente brusca, que nem todos conseguem concluir. Essas dificuldades, não podemos esquecer, também são repassadas de geração a geração, visto que um relato muito comum dos pais aldeados é o de não querer que os filhos vivam aquilo pelo que esses pais passaram, alegando que “eu não tive estudo suficiente para aprender a escrever, a ler e depois te ensinar, então você vai estudar na cidade e vai dedicar sua vida aos estudos pra poder crescer na vida”.

Essa preocupação dos pais não é imotivada, afinal, mais uma vez, o jovem indígena que sai da aldeia para a cidade enfrenta inúmeros desafios – não só linguísticos, mas também financeiros, psicológicos, institucionais *etc.* De qualquer jeito, já que a língua portuguesa é considerada, aqui no Brasil, a língua de mercado, seguimos na luta para que tenhamos intérpretes na cidade - não só

para os jovens que têm essa barreira, mas também para os mais velhos que não aprenderam a língua portuguesa e que, por isso, são também inferiorizados.

13. O QUE OS JOVENS A'UWË PENSAM SOBRE AS LÍNGUAS?

O tempo muda também a percepção das pessoas, inclusos, obviamente, os jovens - cada vez mais inseridos no mundo globalizado, com fragilidade de valores que permeiam a vida dos A'uwë e frágeis também quanto à perpetuação da tradição que era praticada com maior entusiasmo. Isso, no entanto, não se trata de um descaso ou desprezo desses nativos quanto às suas culturas, mas um resultado desse julgamento de inferioridade que é atribuído a essas culturas; é uma avaliação externa que implica condições de vida desumanas. Isso torna mais do que necessário e urgente ensinar a língua materna formalmente também em escolas da cidade para que esses indígenas saibam que a nossa identidade é a nossa língua e todos os outros elementos que estão imbricados nela, como os rituais ou, de forma geral, a tradição A'uwë Uptabi.

De acordo com as entrevistas realizadas para esta pesquisa e outras observações feitas sobre o comportamento dos jovens A'uwë na atualidade, é nítido que muitos têm se contentado com a vida na cidade, é claro, almejando melhorar as condições de vida e usufruir de direitos fundamentais, como já dito. No entanto, ainda são frequentes os relatos que chegam até nós e que precisamos ignorar, como aqueles do passado que alegam que preferimos manter a nossa existência fora do convívio social, entretanto, o fato de não adentrarmos por completo na cultura dos não indígenas ainda nos mantém como um grupo diferente e nos diferencia quanto A'uwë.

Para contrastar essa visão, ousou dizer que aqueles que se consideram como indígenas e que não falam as suas línguas maternas - o que, por muitos, é entendido como uma perda da identidade, visto que, “é indígena aquele que fala a sua língua nativa”- não são menos indígenas do que aqueles que o fazem. Por outro lado, a vida que temos e as nossas lutas são pelos mesmos ideais e é isso que nos faz sermos indígena – como, por exemplo, morar na aldeia mesmo tendo a língua portuguesa(ou outras) como língua materna e também viver na cidade sabendo uma língua indígena e outra não.

Assim, concluímos que não importa se moramos na cidade ou na aldeia, se temos a língua portuguesa ou o A'uwë Mreme como língua materna, pois o ser indígena está no nosso sangue, o que nos concede não só uma identidade, mas, sobretudo, direitos.

14. A IMPORTÂNCIA DE SE MANTER A TRADIÇÃO VIVA: A CORRIDA DE BURITI (OU CORRIDA DE TORA)

Este é o **Trecho 9**

o mundo dos brancos forçando-nos a abandonar tudo que recebemos dos nossos ancestrais como a língua, a dança, a corrida de tora, e tudo mais, não posso falar de tudo porque algumas a gente não pratica mais, deixamos de lado, porque os missionários viram que estava errado aquilo, então não tocarei neste assunto, não que seja vergonhoso ou impraticável, mas porque não podemos mais...(AN01)

“[...] tudo que recebemos dos nossos ancestrais, como a língua, a dança e a corrida de tora [...]”,(AN01) vale ressaltar que essas foram alguns dos aspectos que poderiam ser perdidos se se permitisse que a outra cultura se instalasse por completo na aldeia, substituindo a cultura local; como consequência, teríamos a mesma de alguns outros povos indígenas que sucumbiram. Como afirma a discursivista Orlandi (2015 [1999], p 13), “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Tudo que temos hoje como parte de nossa cultura, exceto aquilo que acolhemos de outras culturas, herdamos dos nossos ancestrais, que tanto se esforçaram para nos deixarem o legado de perpetuarmos nossas práticas, ensinando os jovens a viverem a vida indígena. O cacique, do mesmo grupo étnico-racial, alerta que a nossa cultura e todos os aspectos imbricados nela, nós recebemos dos anciões – também por isso ele discursa a partir de uma posição de liderança que valoriza esse posto.

Um desses aspectos, no caso, os rituais, que mais caracteriza/representa o povo A’uwẽ, já tendo o primeiro lugar sido concedido à língua, é a corrida de tora, a prática mais valorizada pelos A’uwẽ e que perdura até aos dias de hoje com todo vigor, pois é praticada quando se quer animar a comunidade ou os anciões querem reviver suas vidas ou relembrar os seus tempos e fortalecer a nossa cultura, por meio dessa disputa entre os jovens, divididos em dois grupos de competição. Logo, para que essa corrida aconteça, é necessário ter um número razoável de

participantes em cada grupo: Abare'u pode disputar com nozo'u; tirówa com etempá e assim sucessivamente com outros grupos envolvidos, inclusive, tanto masculinos quanto femininos.

imagem 6 – Corrida masculina de tora (Uiwede) Time AB = Abare'u VS. N = Nozô'u



Fonte: Marãiwatsédé

Imagem 7 – Corrida feminina de Tora (Uiwede)



Fonte: Web Rádio Brasil Indígena

Nas imagens acima, vemos exemplos dessa prática, da corrida de tora (Uiwede), disputada entre homens e entre mulheres, respectivamente, afinal, esses gêneros disputam separadamente. Vemos também a abreviação dos nomes, como “AB” para “Abare’u” e “N” para “Nozô’u”. Existem também outras possibilidades de disputa entre grupos, sendo elas:

Tabela 3 – Grupos de disputa de Uiwede

Grupo 1	Grupo 2
Ai’rere	Nozô’u
Tirówa	Sada’ró
Abare’u	Hotorã
Anarówa	Entempá

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em se tratando de Uiwede, o grupo um sempre pode disputar com o grupo dois. A divisão se dá quando o pai decide em qual grupo o filho ou filha vai estar na iniciação, que é uma preparação para a passagem da vida adolescente para a vida adulta. Os que se localizam nos subgrupos podem dar suporte para outros subgrupos do mesmo grupo, na tentativa de levar ou trazer o buriti na aldeia antes de seu adversário. O primeiro grupo que aparecer diante da comunidade com o Uiwede é considerado campeão, o mais forte naquele momento. A largada, por sua vez, é dada quando os dois escolhidos (ou aqueles que preferiram testar as suas resistências ou força mesmo) decidem se desafiar.

É muito importante empregar “desafio”, “disputa”, “força” e outras palavras que trazem esse efeito de seriedade justamente porque não se trata de uma brincadeira para alegrar a comunidade, é uma disputa mesmo, em que há casos, inclusive, de tragédias por causa dessa corrida, que demanda força e resistência muito grandes. É uma tradição levada muito a sério, inclusive por outras aldeias, que comparecem à aldeia onde se realiza a iniciação ou a corrida para apoiarem outros subgrupos.

Por outro lado, é nítido que, aos poucos, os jovens estão perdendo o interesse pela vida e pela prática características dos A'uwẽ, principalmente aqueles que moram na cidade e não têm como se deslocar até a aldeia toda vez que acontece a corrida, às vezes pela falta de informação sobre o evento, mas também porque alguns simplesmente não querem participar. Como bem nos alertou o cacique sobre o mundo globalizado, essa talvez seja uma das consequências: cada um está tentando sobreviver na cidade, isso pode implicar deixar de lado alguns aspectos da vida indígena na aldeia. No entanto, não é válido fazer a distinção de quem é “mais A'uwẽ ou menos A'uwẽ”, embora alguns insistam que exista uma relação forte entre ser indígena e morar na aldeia, ter esses costumes.

Pensando nessa problemática, publiquei recentemente um vídeo sobre ser indígena, para termos a noção do ponto de vista dos próprios indígenas sobre esse ponto. Muitos vêm secundarizando a importância do espaço geográfico – sob esse ponto de vista, não importa se eu moro na aldeia ou na cidade, pois sempre serei indígena, porque está no meu sangue essa informação. A imagem abaixo trata-se de um *print* da tela inicial desse vídeo. Logo a seguir, apresentarei alguns comentários que foram deixados nesse vídeo, alocado no *YouTube*.

Imagem 8 – Vídeos sobre o ser indígena e a localidade de moradia

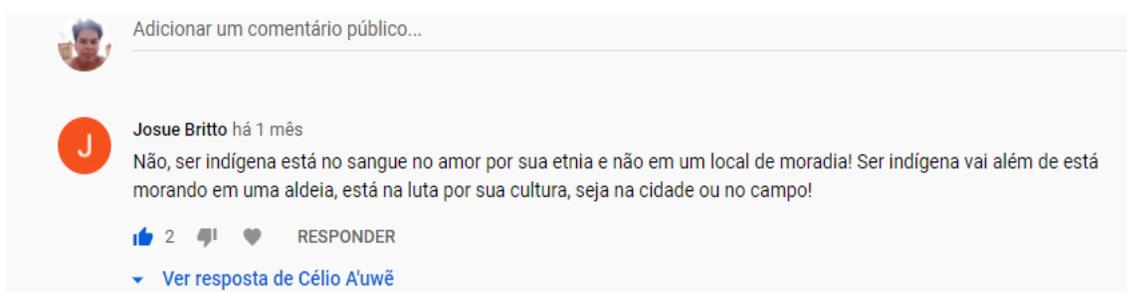


Fonte: *YouTube*

É válido ressaltar que o vídeo aborda a importância de discutirmos as identidades indígenas e, mais especificamente, se os que moram na aldeia devem ser considerados mais indígenas do que aqueles da cidade. É lógico que a intenção do vídeo não foi e não é desvalorizar

ou criticar aqueles que moram na cidade obviamente, apenas de visibilizar uma perspectiva dos próprios indígenas sobre o tema. Nessa questão, estão envolvidas também muitas pessoas indígenas que têm como língua materna outra(s) língua(s) que não são indígenas, como, por exemplo, é o caso de alguns filhos de indígenas casados com não indígenas. Abaixo, seguem alguns comentários dos internautas que interagiram com esse meu vídeo no *YouTube*. O número de interações foi menor nessa plataforma, do que quando postado em um grupo do *Facebook*, que apresento posteriormente – talvez por falta de destreza minha naquela plataforma.

Imagem 9 – Comentário de Josue Britto do vídeo referente à imagem 8



Fonte: *YouTube*.

Como podemos ver na imagem 9, alguém conhecedor de sua identidade, de seu povo e sua história se posiciona desse jeito. O título do vídeo foi apenas uma provocação para que os indígenas, de forma geral, revelassem os seus pontos de vista sobre o que é “ser indígena”: tem a ver com a língua e/ou com o espaço geográfico? Como bem relatou o internauta Josue Britto, na imagem acima, não tem a ver com um local de moradia, uma vez que, se eu moro na aldeia, sou indígena, mas se eu moro na cidade também não perco a minha essência de ser A’uwẽ.

Imagem 10 – Vídeo referente à imagem 8, postado em um grupo de Facebook



Fonte: Facebook.

Para fazermos um contraste entre as interações nas duas plataformas digitais já mencionadas, estão anexados abaixo comentários feitos também na minha postagem desse vídeo no grupo “Direitos Indígenas”, alocado no Facebook, espaço digital em que os internautas se demonstraram mais ativos e interativos – talvez justamente por ser um espaço reservado à discussão para questões sobre indígenas, mais amplamente, ou direitos indígenas, mais especificamente – diferentemente do meu canal no YouTube, que é de livre acesso a todo e qualquer internauta. Costumo, então, postar os materiais no YouTube, pra que possam ter grande circulação, e depois compartilho os *links* nesse grupo para que tenham um direcionamento mais específico. Os comentários destacados aqui, por sua vez, foram selecionados conforme o recorte desta pesquisa, logo, exclusivamente aqueles que podem contribuir com a discussão estão replicados abaixo.

Imagem 11- Comentário de Edinho Karajá (*Facebook*)



Edinho Karajá

Morar na cidade não significa que o indígena deixou de ser indígena...não tem como virar "branco"...

Curtir · Responder · Compartilhar · 6 sem



↳ 1 resposta

Fonte: Grupo "Direitos Indígenas" no *Facebook*

Imagem 12 – Comentário de Izabel Souza (*Facebook*)



Izabel Souza

Sou índia moro na cidade ainda não estou de pele branca ainda não perdi minha língua 😊😊

Curtir · Responder · Compartilhar · 6 sem



↳ 1 resposta

Fonte: Grupo "Direitos Indígenas" no *Facebook*

Imagem 13 – Comentário de Timoteo Popygua (*Facebook*)



Timoteo Popygua

Somos povos originários não se esqueçam.

Curtir · Responder · Compartilhar · 6 sem



Fonte: Grupo "Direitos Indígenas" no *Facebook*

Imagem 14 – Comentário de Pi-vu Kamalla (*Facebook*)



Fonte: Grupo “Direitos Indígenas” no *Facebook*

Inicialmente, produzia vídeos exclusivamente na língua A’uwẽ, depois, com a participação de muitos, decidi fazer em língua portuguesa e, posteriormente, em ambas, para abarcar um outro grupo de indígenas, ou seja, aqueles não falantes da minha língua materna, mas também que sequer falam alguma língua indígena. O fato de essas pessoas terem a língua portuguesa como primeira língua não significa que são menos indígenas. Isso afeta em nada na identidade desses sujeitos, é apenas a forma de vida que os pais preferiram que eles adotassem (aqui, retornamos àquele tópico que mencionamos sobre o incentivo que pais/mães indígenas dão a seus filhos e filhas para que possam ter acesso aos recursos e direitos que a cidade oferece).

TRECHO 10

temos dois mundos em conflito, ou seja, o mundo do branco e do xavante. para exemplificar isso digo que, os jovens não são como éramos no passado com os nossos pais, avós. antigamente era diferente, se fazia tudo com a maior alegria que hoje sinto falta, é lamentável. contei um pouco de como era antes, na época dos velhos e hoje nesses anos todos querem estudar na cidade, ter melhor formação, falar warazu mreme (língua portuguesa). (AN01)

Ao longo desta discussão, entendemos que há duas perspectivas em conflito: a dos A’uwẽ e a dos homens brancos, que os A’uwẽ chamam de “warazu”. As línguas desses grupos em

conflitos não estão, obviamente, como já foi relatado, em contato pacífico, pois, nessas disputas de território, uma das línguas/culturas sempre vai gozar de mais prestígio e, conseqüentemente, mais direitos. A própria história do Brasil impede que essas línguas dividam espaço pacificamente, afinal, desde a chegada dos colonizadores, houve um processo de opressão e colonização sobre os nativos desta terra. Um outro relato, o trecho 10 “temos dois mundos em conflito... o mundo do branco e do xavante” (AN01), reflete o fato de que a cultura dos warazu tem incorporado a cultura dos A’uwẽ, isto é, nós, indígenas, estamos imersos nas duas culturas que nos são apresentadas. Primeiro, a chegada dos portugueses, depois, dos missionários – e assim o branco adentra no nosso meio.

Atualmente, adotamos as duas culturas, a indígena e a do branco brasileiro, também por questões de sobrevivência, afinal, é difícil viver inteiramente à parte da cultura dominante, ainda que isso vá contra a visão dos anciãos. Os jovens preferiram e preferem fazer parte tanto do mundo globalizado, da cultura dominante no Brasil, quanto dos costumes indígenas, tradicionais, nativos. Isso, é claro, não impede que os jovens indígenas usem tecnologias digitais – seja na cidade, seja na aldeia, muito pelo contrário, favorece essa integração. Na escola da cidade, no entanto, é que surgem entraves: a língua falada é o português e, assim, a língua A’uwẽ é “empurrada” para fora do ambiente de estudo institucional, servindo apenas para comunicação entre pares.

Ainda sobre as problemáticas linguísticas, muitos jovens têm relatado enfrentarem dificuldades quando ingressam nessas escolas urbanas, pois, para eles, é uma cultura completamente diferente da aldeia. Lá, na aldeia, a comunicação é feita inteiramente na língua materna daquela comunidade; nas escolas da aldeia também, afinal, são ministradas por professores aldeados. Ainda que os materiais didáticos estejam escritos em língua portuguesa, os estudos têm demonstrado resultados favoráveis na aprendizagem desses alunos indígenas, que comprovam que podemos apreender as duas línguas que estão sendo trabalhadas no espaço escolar. Isso nos revela que o que antes era visto como desnecessário, hoje se tornou necessário para a vida social no mundo globalizado, no sentido de apresentar o progresso da vida de muitos que adotaram as duas culturas igualmente, sem apagar traços da primeira.

A língua portuguesa se tornou imprescindível na vida de muitos, podendo ser mobilizada caso alguém desconheça a língua nativa do outro, ou seja, quando um indígena não sabe a língua

do outro por serem de comunidades diferentes ou até mesmo quando um deles fala apenas língua portuguesa - o que vai justamente contra aquilo que os mais velhos defendiam: viver apenas a nossa cultura indígena, priorizando a comunicação em língua A'uwẽ. Novamente: o tempo tem transformado nossas práticas. Cada vez mais indígenas têm ingressado no ensino superior inclusive, o que antes, quando se vivia apenas nas aldeias, era impensável. Com o incentivo de seus responsáveis, muitos jovens têm saído das aldeias à procura de ensino qualificado – bem como eu fiz.

15. RETORNANDO AO PASSADO

Quando os colonizadores chegaram a estas terras, por falta de compreensão da língua do outro e, obviamente, pelos interesses já condenáveis, houve inúmeros massacres dos nativos. Por isso, quando se tentou “pacificar ou dialogar” com o povo recém-contatado, ambas as partes não obtiveram resultados favoráveis, tendo como resultado conflito atrás de conflito. Abaixo, segue um relato dos capuchinhos franceses sobre a tal “descoberta”: “[...] tomei a resolução de descrever os factos ou coisas mais notáveis que cuidadosamente observei em minha viagem, [...] localização e disposição dos lugares. [...] temperatura do ar, costumes e maneiras de viver dos habitantes [...]” (ORLANDI, 2008, p. 19).

É nítido que esse relato a respeito da terra recém-"descoberta" não é diferente daquele do colonizador. Essa é parte do processo de colonização, ou seja, contar a história do colonizado, negando a ele a possibilidade de autodeterminação. É conforme o ponto de vista do historiador que se relata a história: a forma de viver dos habitantes, seus alimentos, suas regras, enfim, sua cultura. Essa descrição nada neutra muitas vezes exaltava a terra recém-descoberta quando apresentada sob o ponto de vista do colonizador, mas, por outro lado, os nativos não eram permitidos falar sequer sobre si.

Os A’uwê, no entanto, sabem que essas terras foram invadidas. E como sabem disso? É só analisar a história: quem estava antes da chegada do outro, do colonizador? São pontos de vistas que discordam entre si, ou seja, entre aqueles que chegaram e aqueles que já estavam aqui. Essa disputa faz com que as descrições signifiquem diferentemente: descoberta VS. invasão, por exemplo. Não à toa até hoje, nos livros didáticos, esse momento histórico é relatado como “descoberta”: o discurso de hoje tem se manifestado apenas do ponto de vista do colonizador.

Esse debate tem sido tratado por muitos indígenas que se posicionam contrariamente ao discurso da “descoberta”: do ponto de vista da maioria dos A’uwê, inclusive, e indígenas historiadores, essa é uma questão sobre invasão de terras e assassinatos em massa, sem sombra de dúvida. E por que invasão? A resposta é simples. Os indígenas viviam aqui antes da chegada de qualquer europeu.

Também por isso é importantíssima a descrição desses acontecimentos por parte dos povos indígenas do Brasil, para, a partir da comparação desses relatos, mapear como se deu a relação dos nativos e dos europeus com as terras brasileiras.

Raramente se recorre aos nativos para se descrever esses acontecimentos, pois a nossa visão é sempre sucateada ou suplantada, deixada de lado para dar lugar à perspectiva do português, do espanhol ou qualquer outro sujeito que tome posição quanto à essa descrição, ainda que nada tenha a ver com a história e a romantize.

A história do Brasil não passa de uma história mal contada, um telefone sem fio que, logo no início, já perdeu a referência inicial, no entanto, nos dias de hoje, não se aceita mais esse ponto de vista desatualizado. Essa problemática da “versão mal contada” não versa exclusivamente sobre a invasão europeia do território brasileiro, mas também em relação à falácia de que a língua portuguesa é a única língua falada no Brasil, uma vez que temos mais de 150 línguas indígenas que são faladas por diferentes comunidades indígenas – todas desvalorizadas, camufladas, justamente porque seus falantes são tratados como se não existissem também. Seguem o mito segundo o qual elas e eles [as línguas e seus falantes] estão fadados a desaparecer, bem como o resto das línguas já desaparecidas do planeta.

16. RELATOS SOBRE O PRIMEIRO CONTATO COM OS MISSIONÁRIOS DENRO DA TERRA INDÍGENA PARABUBURE: O CONTATO COM OS A’UWÊ

Imagem 15 – Vídeo sobre o contato entre missionários e A’uwê



Fonte: *YouTube*.

Neste relato sobre primeiro contato entre os missionários e os A’uwê, a história é contada em inglês, com legenda e português e alguns trechos na língua A’uwê (essa falta de espaço para ela é nada muito diferente do que acontece no território brasileiro presencialmente). Esse vídeo, então, é fruto de muita insistência, pois, como é sabido, os A’uwê não queriam ser contatados, pelo fato de terem vivenciado extremas violências em massa no passado.

Conforme o que foi repassado, os anciãos, com experiência de vida, juntamente com Mateus Prépe e outros que marcaram a história indígena brasileira, deixaram legados para a continuação da vida indígena - e também com a vida dos não indígenas. No sentido mesmo de terem conhecimento sobre a vida antiga e repassarem isso, como é destacado no vídeo citado: “antes vivíamos uma vida muito diferente da que conhecemos hoje, com os nossos irmãos, nos mostrando uma vida digna de ser vivida apenas com uma companheira, não com várias...”. Essa mudança nas relações afetivas se dá por conta da presença dos missionários, que passaram a viver

uma vida regrada de acordo com a sagrada escritura, passando a ser uma mistura entre as regras da Bíblia e os costumes A'uwẽ.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho, para além de uma pesquisa, foi uma experiência vivida que teve como foco apresentar a vida e cultura dos A'uwẽ (ou xavantes) dentro da aldeia e na cidade, comparando as perspectivas vigentes no passado e no presente e focando na manutenção da língua materna, ou seja, da identidade indígena. Identidade e língua dos nossos ancestrais, que perpetuaram os saberes tradicionais e os cuidados que devemos ter quando nos confrontarmos com as outras culturas, pensando nas culturas adquiridas ao longo do decorrer desse tempo. Pensar em manter a nossa língua viva requer que o sujeito falante ponha em prática e mobilize a sua língua materna no seu dia a dia, para que as crianças, desde pequenas, possam adquirir a sua identidade pois é através dela que somos reconhecidos como indígenas, é por meio dela que mobilizamos saberes diversos do passado, de quando “tudo era texto” e quando a forma de dar vida nos era transmitida pela oralidade.

Essas visões de passado e presente, de dentro da aldeia e na cidade, de jovens e anciãos divergem e muito em vários aspectos: antes, era comum os anciões defenderem que a comunidade não adotasse outras línguas, atualmente, a busca por uma vida fora da aldeia é mais intensa, logo, igualmente a busca pela aprendizagem da língua portuguesa o é, pelo fato de os jovens experimentarem a dura realidade do preconceito à língua nativa. Assim, esse trabalho surge com a inquietação do pesquisador nativo, pertencente ao grupo apresentado nessa discussão, que resultou de uma pesquisa de campo – na aldeia, com os anciões e, na cidade, com os jovens estudantes.

A coleta dos dados a respeito desses pontos de vistas distintos mostrou que, na atualidade, os jovens pensam diferente dos anciões, ou seja, acreditam não se pode manter a língua isolada, como se não houvesse outras. Esses jovens apresentam veem como positiva a adoção de outras línguas porque, onde quer que estejamos, saberemos nos comunicar, muito diferente de um sujeito com apenas uma língua, a materna. E a necessidade de comunicação é constante quando o sujeito indígena muda para cidade: não sabendo a língua portuguesa, o que vai acontecer com ele? Ele não consegue se comunicar com os warazu. Seja nas lojas, nos supermercados, nos bancos etc., não tem tradutores ou intérpretes nas cidades para transmitirem o que o sujeito deseja ou procura.

Nessa contraposição de pontos de vistas também podemos ver que antes era apenas a língua nativa que se priorizava, agora também é necessário que conheçamos outras línguas para circularmos onde quisermos e, nesse caso, a Educação tem se apresentado eficaz nas escolas das aldeias e nas cidades, pois nelas conhecemos culturas diversas. E esse é um fundamento importante para as escolas: nas aldeias, as aulas sendo ministradas na língua nativa e, na cidade, na língua portuguesa.

Pensando na aquisição/aprendizagem da língua portuguesa, não acredito que o sujeito indígena não corre o risco de perder a sua identidade, mas sim que essa aquisição/aprendizagem é um elemento a mais no seu repertório de conhecimento sobre o mundo. Neste sentido, quando o indígena se muda para a cidade, ele está à procura de algo que supra as suas necessidades, ou seja, precisa se comunicar no meio social onde se fala outra língua. Pensando na aquisição da língua portuguesa, o indígena A'uwẽ não vê a utilidade da sua língua materna? Mediante observações do nosso cotidiano fora da aldeia, a nossa língua A'uwẽ não é empregada em nenhuma área de profissão porque, na cidade, apenas a língua portuguesa é mobilizada e trabalhada, a língua indígena não. A língua indígena funciona para a comunicação entre os indígenas e, até mesmo na aldeia, pensando nos espaços escolares, muitos dos materiais trabalhados não vêm dos indígenas, tudo está em português.

Isso quer dizer que os jovens estão, de fato, abandonando a sua língua materna? Não exatamente. Como dito mais antes, é uma questão de sobrevivência. Os jovens e muitos conhecedores de suas realidades poderão optar por aprender as outras línguas sem deixar de falar a sua. Há espaços de circulação e comunicação muito fortes, por exemplo, cem por cento dos indígenas aldeados se comunicam na língua materna. Por isso é tão importante mantermos viva a nossa identidade enquanto A'uwẽ, pois assim o estar na aldeia ou na cidade não nos faz ser mais ou menos indígena: nossa identidade enquanto indígena está no nosso sangue, na nossa luta pelos direitos iguais, na luta pelo reconhecimento de nossa identidade, sempre na ligação com a natureza, e muitos outros lugares. Conhecendo o passado não contado, nos dias atuais, muitos indígenas se levantam para questionar e contar a sua história e isso diz muito sobre ser indígena, sobre não permitir mais que o ponto de vista europeu seja o único, não! A nossa história precisa ser contada por nós, por pessoas do nosso grupo, e não mais de fora.

Muitas histórias foram contadas, sempre por uma visão exógena, colonialista, assim sendo, essa pesquisa foi realizada com a intenção de apresentar as formas de ver o mundo pela ótica dos indígenas mais velhos e comparar com a visão dos jovens. Há várias histórias não contadas que foram vivenciadas pelos indígenas, há também outras tantas que são contadas por quem nem viveu essas experiências. É claro que há também aqueles indígenas que são alienados a esses conhecimentos, especialmente alguns aldeados.

A abordagem da não integração entre indígenas e não indígenas não prevaleceu e, hoje, temos uma imbricação de aspectos das duas culturas, o que não é visto como um problema, mas sim como uma forma contemporânea de ser quem somos, ou seja, a cultura indígena era vista como uma, fechada, rígida, por outro lado, considerando o território ocupado, é impossível eleger uma cultura que vai se sobrepor às outras, uma língua que vai apagar as outras *etc.*, pois, na visão dos jovens, é a língua que nos leva a ter contato maior com a outra cultura, ou seja, a brasileira, assim como a língua inglesa é um instrumento de acesso a uma cultura mais global, franca.

Portanto, esses diferentes aspectos das culturas, sobretudo as marginalizadas, oprimidas, não podem morrer, pois sempre perpetuaremos o que herdamos dos nossos ancestrais e ainda praticaremos no nosso dia a dia, como a língua e os rituais, que, embora tenham sofrido algumas mudanças ao longo do tempo, ainda seguem os mesmos e nos constituindo como os mesmos, afinal, segundo um dizer muito comum entre os indígenas: sempre seremos indígenas, não importa onde estejamos, com que roupa, que tecnologias digitais utilizemos, sempre seremos nativos.

A vida indígenas continua não sendo fácil no Brasil, pois há muitas barreiras a serem vencidas, tais como as barreiras linguísticas, que surgem quando indígenas não falantes de língua portuguesa acessam espaços em que só se utiliza essa língua ou mesmo quando esses sujeitos têm a língua portuguesa como materna e, ao se deslocarem para uma aldeia, se veem confrontados com uma (ou várias) língua indígena que não dominam. Isso não quer dizer que temos que deixar de falar uma para empregar outra, mas se trata, por outro lado, das circunstâncias que nos forçam a aprendermos essa ou aquela língua, como nos ensinaram os mais velhos.

A adoção de outra língua é vista pelos indígenas jovens como algo vantajoso, pois é necessária para a comunicação hoje, seja na aldeia ou na cidade. Essa estratégia é parte de uma perspectiva que defende que as comunidades em questão não devem abandonar suas identidades,

mas sim apoderar-se da escrita e de outras línguas para combater esses discursos da “descoberta”, que foram e ainda são apresentados como “verdade” pelos europeus sobre os nativos brasileiros. Assim como os artistas indígenas têm se apoderado da arte para contradizer a imagem apresentada pelos colonos, destacando a obra de Denilson Baniwa⁷, de 2021, “Caçadores de Ficções Coloniais”, uma rasura feita por uma artista indígena que nos leva a pensar sobre a não credibilidade do que foi contado pelo colonizador, além de outro artista com o mesmo ideal de desconstrução dos monumentos, o Jaider Esbell⁸ e sua obra intitulada “A árvore de todos os saberes”, de 2013. Talvez muitos afirmem não conhecer esses artistas, lógico, afinal, são indígenas que estão buscando desconstruir as visões colonialistas. Há muitos saberes nativos enterrados e o que se vê na superfície não se compara com o que está abaixo do solo, soterrado nos dias atuais, mas conhecimentos que são ressuscitados por indígenas artistas e escritores que estão na linha de frente combatendo visões europeizadas, romantizadas.

Essa pesquisa surge, sim, de inquietações e é, ela própria, um fruto; mas, para além, rendeu outros também, porque muitos indígenas passaram a relatar, em suas línguas nativas, o que nunca contaram a ninguém. Que os jovens venham a se juntar a outros muitos que estão na luta contra a exploração de terras indígenas, do enterro de saberes ancestrais e que percebam que também pertencem a essa terra chamada Brasil.

⁷ Mais informações podem ser acessadas em: <https://www.premiopipa.com/denilson-baniwa/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

⁸ Mais informações podem ser acessadas em: <https://www.premiopipa.com/pag/jaider-esbell/> . Acesso em: 12 nov. 2021.

VOCABULÁRIO A'UWÊ – A'UWÊ MREME WA'ÕNÕ

Abare'u - grupo que disputa a corrida de Uiwede com outro grupo;

A'uwê mreme - língua A'uwê ou, para simplificar, “língua xavante” (conferir, no próximo item, a problemática sobre a autonegação);

A'uwê Uptabi - povo autêntico (os A'uwê se autodenominam assim, e não como Xavantes, embora ainda haja quem se designe assim. No entanto, é cada vez maior o movimento de tomada de consciência de que o nome para o nosso povo tem que ser na nossa língua e dado por nós);

Nozô'u – um outro grupo que disputa a corrida de Uiwede;

Terra Indígena Parabubure - a identificação das comunidades indígenas A'uwê no município de Campinápolis MT;

Uiwede - disputa de corrida ou simplesmente “corrida de tora”, uma tradição milenar que ainda se pratica tanto por mulheres quanto por homens;

Warazu - identificação dada pelos A'uwê para o “homem branco”;

Warazu mreme – a língua dos homens brancos, nesse caso, a língua portuguesa;

REFERÊNCIAS

BÃ HAMPÁTÊ, A. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Palas Athena, 2003.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 56. ed. Revista e ampliada – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BORGES, A. Língua e memória: efeitos de sentido na manutenção da cultura. **Revista Ecos**, vol. nº 12 – Ano IX (2012). Disponível em: http://www.unemat.br/revistas/ecos/docs/v_12/10_Pag_Revista_Ecos_V-12_N-01_A-2012.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021. p. 166-186.

CORRIDA de tora. **Web Rádio Brasil Indígena**, 2007. Disponível em: <https://webradiobrasilindigena.wordpress.com/2007/12/02/corrída-de-tora/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DÍA Internacional de la Lengua Materna - 21 de febrero. Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/es/observances/mother-language-day>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ESCOLA em formato de Tatu construída para indígenas do Mato Grosso viraliza na web. **GQ Globo**, 2020. Disponível em: <https://gq.globo.com/Noticias/noticia/2020/07/escola-em-formato-de-tatu-construida-para-indigenas-do-mato-grosso-viraliza-na-web.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

FANNON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANNON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

GANDULFO, C. **Entiendo pero no hablo: el guaraní acorrentinado en una escuela rural - usos y significaciones**. - 1a ed. - Buenos Aires: Antropofagia, 2007. 188 p. 21x13 cm.

HOJE às 14h: Xavantes fazem tradicional corrida de tora na marcha global da cúpula dos povos. **Marãiwatsédé**, 2012. Disponível em: <https://maraiwatsede.wordpress.com/2012/06/20/hoje-as-14h-xavantes-fazem-tradicional-corrída-de-tora-na-marcha-global-da-cupula-dos-povos/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

INICIADO do Wai'a xavante/Brasil. **Luciano Xavante Wordpress**, 2016. Disponível em: <https://lucioxavante.wordpress.com/2016/10/11/iniciado-do-waia-xavantebrasil/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MANUEL, R. **Eu e o outro** – o invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto. Comunicação apresentada no Encontro Perfil da Literatura Negra. São Paulo, 1985.

MERCURI, Isabela. **Foto de escola indígena de MT em formato de tatu ‘viraliza’ nas redes sociais**. Olhar Conceito, 2020. Disponível em: <https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=19451¬icia=foto-de-escola-indigena-de-mt-em-formato-de-tatu-viraliza-nas-redes-sociais>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI, E. **Terra à vista** - Discurso do confronto: velho e novo mundo. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12ª edição, Pontes Editores, Campinas, SP. 2015

ORLANDI, E. **Eu, tu, ele** - discurso e real da história. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

OS QUE moram na aldeia são mais indígenas do que aqueles que moram na cidade? O que dizer?. **YouTube**. 1 vídeo (15 min. 33s). Canal “Célio A'uwê”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZpDoA5qCXVQ>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PADILHA, L; RIBEIRO, M. **Lendo Angola**. Porto: Afrontamento, 2008.

PECHEUX, P. Papel da Memória. *IN*: CHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-58.

POSTAGEM no grupo “Direitos Indígenas”. **Facebook**. Grupo de Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/direitosindigenas/permalink/3637427129675657>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PRIMEIRO contato com o povo A'uwen(xavante) na Terra indígena Parabubure. **YouTube**. 1 vídeo (26 min. 57s). Canal “Célio A'uwẽ”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=riO8Id6byrU>. Acesso em: 12 nov. 2021.

RODRIGUES, F. **Língua viva, letra morta**: obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro. São Paulo: Humanitas, 2012.

XAVANTE – O Povo do Sol Nascente. **Empresa Brasil de Comunicação**, 2018. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/xavante-o-povo-do-sol-nascente>. Acesso em: 12 nov. 2021.

WIKINATIVA/XAVANTE. **Wikiversidade**. Disponível em: <https://pt.wikiversity.org/wiki/Wikinativa/Xavante>. Acesso em: 12 nov. 2021.